

ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO 2019/2020

DOCUMENTO ORIENTADOR

Nos termos do artº 20º, nº 4, alíneas a), c) e d), do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, compete ao Diretor definir o regime de funcionamento do agrupamento, superintender na constituição de turmas e na elaboração dos horários e distribuir o serviço docente. Considerando o disposto no Estatuto da Carreira Docente, no Despacho Normativo Nº 10-B/2018, de 6 de julho (Despacho de OAL), que concretizam os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo, ouvido o Conselho Pedagógico e colhido o parecer do Conselho Geral, aqui se apresenta um conjunto de disposições e princípios orientadores que deverão nortear a organização do ano letivo de 2019/2020.

I – PRINCÍPIOS (artº 2º, DN 10-B/2018)¹

Tendo em vista *"a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, de modo a garantir que todos adquirem os conhecimentos e desenvolvem as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, na organização do ano letivo, designadamente na distribuição do serviço docente, devem os diretores observar, entre outros, os seguintes princípios:*

- a) Definição de regras e procedimentos que permitam a constituição de **equipas educativas** de modo a potenciar o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento e realização conjunta das atividades letivas, bem como na avaliação do ensino e das aprendizagens;*
- b) Criação de condições que permitam o acompanhamento pelas equipas educativas das turmas ou grupos de alunos ao longo de cada ciclo;*
- c) Implementação de momentos específicos de partilha, reflexão dos docentes sobre as práticas pedagógicas e de interligação entre os diferentes níveis de educação e ensino;*
- d) Atuação preventiva que permita antecipar fatores/preditores de insucesso e abandono escolar;*
- e) Implementação de medidas que garantam uma educação inclusiva que responda às potencialidades, expectativas e necessidades de cada aluno;*
- f) Promoção da inovação e da diversificação de metodologias de ensino e aprendizagem;*
- g) Promoção de um acompanhamento próximo dos alunos que transitam de ciclo e de escola;*
- h) Identificação atempada de dificuldades de integração e de aprendizagem dos alunos;*
- i) Promoção do acompanhamento próximo dos alunos que em cada turma manifestem dificuldades de integração, de relacionamento com colegas e docentes, e de aprendizagem;*
- j) Ajustamento do horário dos docentes às necessidades escolares que ocorram ao longo do ano letivo, sempre que tal se justifique.*

II – DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE

1. COMPONENTE LETIVA (artº 5º)

A componente letiva a constar do horário semanal dos docentes é, nos termos do artº 77º do ECD, e do ponto 1 do artº 5º do Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 2 de julho, de 25 horas semanais, no caso da educação pré-escolar e do 1º ciclo (tempos de 60 minutos), e de 22 horas semanais (1100 minutos), no caso do grupo de recrutamento Inglês (1.º ciclo) e no caso do 2º e 3º CEB e Secundário, incluindo a Educação Especial (tempos de 50 min).

- a) No AEAS, a unidade e o conceito de "tempo letivo" adotado no 2º e 3º CEB e Secundário e Educação Especial é de 60 min, pelo que o número de horas letivas semanais a inscrever no horário será 18,3;*
- b) No preenchimento do horário de cada docente tem prioridade, sobre qualquer outro, o serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na escola.*

¹ A itálico encontram-se transcritas as disposições constantes do Estatuto da Carreira Docente, do Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho; a estilo normal encontram-se as disposições a adotar no AEAS.

- c) No 1.º ciclo do ensino básico, o tempo total da matriz curricular integra o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
- d) Da gestão prevista no número anterior não pode resultar a atribuição de horas extraordinárias nem a necessidade de contratação de docentes.
- e) As Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º ciclo do ensino básico são consideradas componente letiva para os docentes de carreira nas situações em que a escola é entidade promotora e o docente possui já no seu horário um mínimo de seis horas letivas, sem prejuízo do disposto nas regras de distribuição de serviço docente.
- f) Para efeitos do disposto no número anterior, o diretor procede à organização dos respetivos horários, tendo em conta:
 - i) O número de docentes de carreira existentes na escola, a adequação do perfil dos docentes ao nível etário dos alunos e a existência de grupos de recrutamento com número de professores superior à capacidade de lecionação;
 - ii) Que o docente titular de turma no 1.º ciclo do ensino básico assegura as componentes do currículo constantes da respetiva matriz curricular, com exceção do Inglês.
- g) A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência.
- h) Ao desenvolvimento das atividades de desporto escolar aplica-se o disposto no [Despacho n.º 7814/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto]

2. COMPONENTE NÃO LETIVA (artº 6º)

- a) A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82.º do ECD e abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho na escola.
- b) O trabalho a nível individual pode compreender, para além da preparação das aulas e da avaliação do processo ensino-aprendizagem, a elaboração de estudos e trabalhos de investigação de natureza pedagógica ou científico-pedagógica.
- c) O diretor atribui as atividades a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de entre as previstas no n.º 3 do artigo 82.º do ECD ou outras aprovadas pelo conselho pedagógico ou consagradas na legislação em vigor, a saber:
 - i) A colaboração em atividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
 - ii) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
 - iii) A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas nomeadamente as que promovam o desenvolvimento de trabalho colaborativo;
 - iv) A participação, devidamente autorizada, quer em articulação com o centro de formação da associação de escolas, quer por iniciativa do docente, em ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola de acordo com o seu plano de formação, e as que promovam um efetivo trabalho colaborativo entre docentes;
 - v) A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situação de ausência de curta duração (nos termos do n.º 5 do artº 82 do ECD);
 - vi) A realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objetivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;
 - vii) A assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão da escola ou agrupamento;
 - viii) O acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;
 - ix) O desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;
 - x) O acompanhamento e a supervisão das atividades de enriquecimento e complemento curricular;
 - xi) A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;
 - xii) O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
 - xiii) A produção de materiais pedagógicos.
 - xiv) A realização de sessões de trabalho semanal ou quinzenal de docentes do mesmo grupo disciplinar, ou da mesma equipa educativa, para gestão curricular,

trabalho colaborativo ao nível do CT, produção de materiais pedagógicos, preparação e organização das atividades letivas, partilha de experiências, aferição da qualidade das aprendizagens e de metodologias avaliativas;

- xv) A realização de práticas colaborativas de supervisão pedagógica em sala de aula;
- d) *O disposto na alínea e) do n.º 3 ocorre nos termos previstos nos n.º 5, 6 e 7 do artigo 82.º do ECD.*
- e) *O diretor estabelece o tempo mínimo, até ao limite de 150 minutos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente de todos os níveis de educação e ensino, de modo a que, nos termos do n.º 4 do artigo 82.º do ECD:*
- i. Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;*
 - ii. Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar;*
 - iii. Sejam asseguradas as atividades atribuídas à Equipa TIC.*
- f) *Nos termos do número anterior, deve a escola definir critérios subjacentes ao estabelecimento do tempo mínimo a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente.*
- g) *No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, aquando da elaboração dos horários é tido em consideração o tempo necessário para a supervisão pedagógica e o acompanhamento das atividades de animação e apoio à família, assim como o atendimento aos encarregados de educação, nos termos previstos na Portaria n.º 644 -A/2015, de 24 de agosto.*
- h) *Sempre que um docente tenha, no mesmo dia, serviço letivo distribuído em diferentes estabelecimentos do mesmo agrupamento, o tempo de deslocação entre eles é considerado como componente não letiva de estabelecimento.*
- i) *Nesta componente deve ser, ainda, tido em conta um tempo semanal para assegurar o apoio a docentes com deficiência visual, designadamente, ao nível da preparação de materiais e da correção de instrumentos de avaliação das aprendizagens dos alunos, ou outras atividades pedagógicas.*
- j) *A componente não letiva deve integrar o trabalho de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem que resultem da identificação de necessidades específicas de acesso às aprendizagens curriculares levada a cabo pela equipa de docentes da turma.*
- k) *A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos do artigo 79.º do ECD, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade de prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.*
- l) *Na situação prevista no n.º 3 do artigo 79.º a componente não letiva de estabelecimento é limitada a 25 horas semanais e preenchida preferencialmente pelas atividades indicadas no n.º 7 do mesmo artigo.*
- m) *Na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo, a CNLE compreende as seguintes atividades:*
- i. Acompanhamento, planificação, supervisão e avaliação das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);*
 - ii. Acompanhamento, planificação, supervisão e avaliação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs);*
 - iii. Prestação de apoio aos alunos;*
 - iv. Coordenação de departamento curricular e de projetos;*
 - v. Trabalho colaborativo entre docentes;*
 - vi. Atendimento aos pais e EE;*
- n) *Na Educação Especial, a componente não letiva é preferencialmente destinada ao apoio à docência e à organização do trabalho colaborativo, articulando com docentes e técnicos, no sentido de assegurar planificação conjunta, definição de estratégias e materiais adequados que promovam a aprendizagem e a participação no contexto da turma de pertença dos alunos. Este serviço assumirá caráter prioritário, podendo resultar em ajustamentos temporários no horário do docente, a definir no âmbito do respetivo departamento, dando disso conhecimento à Direção.*
- o) *Inclui-se ainda na Componente Não Letiva a nível de estabelecimento todo o trabalho que não seja letivo nem integre a componente não letiva individual, designadamente:*
- i. Avaliação de Desempenho de outros docentes;*
 - ii. Direção de Turma e respetiva assessoria;*
 - iii. Coordenação de departamento curricular*

- iv. Coordenação de outras estruturas de orientação educativa ou pedagógica: departamentos curriculares, grupos disciplinares, coordenação ou direção de cursos, sejam eles profissionais, de educação e formação ou outros;
 - v. Direção de instalações;
 - vi. Coordenação da biblioteca escolar;
 - vii. Coordenação de ano ou de ciclo;
 - viii. Coordenação ou participação na equipa TIC;
 - ix. Coordenação de clubes e ou projetos;
 - x. Funções no âmbito do desporto escolar;
 - xi. Assessoria ao Diretor;
 - xii. Substituição de outros docentes na situação de ausência de curta duração, nos termos do n.º 5 do artigo 82.º do ECD;
 - xiii. Orientação e acompanhamento de alunos nos diferentes espaços escolares;
 - xiv. Dinamização de atividades de enriquecimento e complemento curricular, incluindo as organizadas no âmbito da ocupação plena dos tempos escolares;
 - xv. Apoio individual ou em grupo aos alunos;
 - xvi. Coadjuvação em sala de aula;
 - xvii. Frequência de ações de formação contínua, nos termos da alínea d) do nº 3 do artº 82 do ECD;
 - xviii. Sessões de trabalho semanal/quinzenal dos grupos disciplinares;
 - xix. Supervisão pedagógica em sala de aula;
 - xx. Observação colaborativa de aulas;
 - xxi. Supervisão pedagógica das atividades da AAAF na Educação Pré-Escolar;
 - xxii. Apoio ao Estudo no 2º ciclo e supervisão pedagógica das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs), no 1ºciclo.
 - xxiii. Integrar a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva;
 - xxiv. Coordenação da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva;
- p) Na elaboração do horário semanal dos docentes da Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclo e Secundário é registada a totalidade das horas correspondentes à prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual.
- q) O tempo a afetar à Componente Não Letiva de Estabelecimento dos docentes, a registar no seu horário, é, em regra, definido nos seguintes termos:
- 1. Na EPE e 1º Ciclo, 120 minutos;
 - 2. No 2º e 3º ciclos e Secundário: 135 minutos;
 - 3. O tempo não marcado no horário do docente até ao limite de 150 minutos semanais, constitui um crédito de tempo reservado à realização de reuniões de natureza pedagógica, ao longo do ano.
 - 4. Do tempo referido nos números anteriores, serão reservados 45 minutos semanais para a realização de sessões de trabalho colaborativo entre docentes, quer ao nível do grupo disciplinar, quer ao nível do Conselho de Turma, concretizando-se em 90 minutos com uma periodicidade quinzenal. De cada uma dessas sessões de trabalho deverá sair uma ata resumo do trabalho realizado.
 - 5. O remanescente será organizado em unidades de 60 minutos, sendo que o tempo sobranter até perfazer 135 minutos será contabilizado ao longo do ano, dando origem a tempos não letivos a utilizar nos termos do previsto nos números anteriores.
 - 6. Sempre que o docente tiver direito a horas de redução nos termos do artº 79º do ECD, o número de tempos a fixar para trabalho a nível de estabelecimento (CNLE) será definido tendo como referencial o tempo de 50 minutos, sendo depois convertido em tempos de 60 minutos.
 - 7. Os docentes contratados com horário completo terão a CNLE igual à dos docentes dos quadros. Para os docentes contratados com horário incompleto o número de tempos será fixado através da aplicação da regra de proporcionalidade, nos seguintes termos:

Horários (H)	CNLE
$H \leq 9$	0
$9 < H \leq 11$	1

11 < H ≤ 15	2
H > 15	3

3. DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO E ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS DOS PROFESSORES (artº 4º)

1. *A distribuição do serviço docente tem por finalidade assegurar o serviço letivo decorrente das horas letivas dos grupos e turmas existentes na escola e garantir as condições para a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo ou outras atividades que promovam a formação integral dos alunos, assegurando, desta forma, as melhores condições de aprendizagem a todos.*
2. *Os critérios em que assenta a distribuição do serviço docente são definidos pelo diretor e visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.*
3. *Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível de ensino, desde que sejam titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade nos casos em que esta é requerida.*
4. *O tempo remanescente que resulte da distribuição de serviço letivo, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, decorrente do tempo letivo adotado em cada escola, é gerido de forma flexível, repartidamente, ao longo do ano, e preenchido com atividades letivas. As atividades a atribuir devem privilegiar medidas de promoção do sucesso educativo.*
5. *Sempre que a carga horária das disciplinas do grupo for insuficiente, deverão ser distribuídos horários completos por ordem decrescente da graduação profissional até ser esgotada a totalidade da carga horária disponível. Desta distribuição só poderá resultar um horário incompleto (mínimo 6h); os restantes serão horários com ausência de componente letiva. Posteriormente a este apuramento, poderá proceder-se, se possível, a uma redistribuição do serviço de modo a torná-lo mais equilibrado.*
6. *O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.*
7. *Excetua-se do previsto no número anterior a participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.*
8. *No horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD.*
9. *O diretor garante, através dos meios adequados, o controlo da pontualidade e da assiduidade de todo o serviço docente, registado no horário nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do ECD.*
10. *A eventual atribuição de serviço docente extraordinário, nos termos definidos no artigo 83.º do ECD, visa dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo, para as quais seja insuficiente a aplicação de algum dos mecanismos previstos no n.º 7 do artigo 82.º do ECD, no que às ausências de curta duração diz respeito e sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 83.º do ECD.*
11. *Nos termos do disposto no nº 7 do artº 83 do ECD, não deve ser distribuído serviço docente extraordinário aos docentes com redução da componente letiva para apoio a filhos deficientes e àqueles que beneficiem de redução ou dispensa total da componente letiva nos termos do artº 79.º, "salvo nas situações em que tal se manifeste necessário para completar o horário semanal em função da carga horária da disciplina que ministra".*
12. *Nos termos do nº 5 do artº 82, entende-se por "ausências de curta duração" (a suprir em primeiro lugar através da componente não letiva de estabelecimento, conforme disposto na alínea e) do nº 3 do artº 82), a que não for superior a 5 dias letivos na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico ou a 10 dias letivos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. O docente incumbido de realizar esta atividade de substituição de curta duração deve ser avisado, pelo menos, no dia anterior.*
13. *A substituição de outros docentes, prevista na alínea e) do n.º 3 do artº 82 do ECD, tem lugar nos seguintes termos:*

- Preferencialmente, mediante permuta da atividade letiva programada entre os docentes da mesma turma ou entre docentes legalmente habilitados para a leção da disciplina, no âmbito do departamento curricular ou do conselho de docentes;
 - Mediante leção da aula correspondente por um docente do quadro com formação adequada e componente letiva incompleta, de acordo com o planeamento diário elaborado pelo docente titular de turma ou disciplina;
 - Através da organização de atividades de enriquecimento do currículo que possibilitem a ocupação educativa dos alunos, quando não for possível assegurar as atividades curriculares nas condições previstas nas alíneas anteriores.
 - No caso da educação pré-escolar, a ausência do docente é assegurada pela assistente operacional e pela AAAF, com supervisão da titular do outro grupo (em J.I de 2 lugares). Sempre que possível deverá proceder-se ao reforço de uma assistente operacional.
14. Procurando garantir a ocupação plena dos tempos escolares e o cumprimento dos programas, deverá ainda proceder-se à antecipação ou reposição de aulas, mediante procedimento definido no Plano de Ocupação dos Tempos Escolares.
15. *Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultantes, designadamente de impedimentos temporários de professores, serão as mesmas distribuídas, quando possível, a docentes em serviço na escola.*
16. *O recurso à contratação só é possível após a verificação da inexistência de horas disponíveis nos horários dos docentes dos quadros em exercício de funções na escola.*
17. *Para efeitos do disposto no número anterior, a componente de Cidadania e Desenvolvimento é atribuída a docente dos quadros, preferencialmente do conselho de turma, independentemente do grupo de recrutamento.*
18. Na definição das disciplinas da componente de Complemento à Educação Artística deve ser assegurada prioritariamente uma gestão racional e eficiente dos recursos docentes existentes na escola.
19. O horário semanal a cumprir na escola será o seguinte:
- Na Educação Pré-Escolar e no 1º ciclo – **27** tempos;
 - No 1º ciclo, a componente letiva dos professores (**25h**) deve incorporar o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.
 - No 2º e 3º Ciclo e Secundário (incluindo a Educação Especial) – **20,5** tempos semanais, acrescidos do tempo remanescente até ao total de 1235 minutos (1100 minutos da componente letiva nos termos do artº 77 e 79º do ECD, acrescidos de 135 minutos da componente não letiva), pois à medida que diminui a componente letiva por força do disposto no artº 79º, aumenta na mesma proporção a componente não letiva de estabelecimento.

HORÁRIO DO DOCENTE

Total 35 horas							
CL (art 77º e 79º ECD)					CNL		
1100 minutos	18h (1080 min)	+	20 min x nº de semanas (ex: 20x34 sem = 680 min = 12 tp)		+	Art.º 79	CNLE (135min) Trabalho individual

20. Tendo em consideração a adoção de tempos de 60 minutos, a distribuição de serviço deve, pois, efetuar-se tendo por base o seguinte número de horas:

Redução (artº 79º)	Nº tempos letivos	
0	18	Acrescidos do tempo remanescente até perfazer a carga horária do docente (1100min)
2	16	
4	15	
6	13	
8	11	

21. A distribuição de serviço docente do ensino regular é da responsabilidade do Diretor, que a concretizará, ouvidos os coordenadores de departamento e os professores, de acordo com seguintes critérios:

- De natureza pedagógica:
Perfil de adequação do professor à turma e às características dos alunos. O critério da continuidade deve ser tido em conta, exceto se estiverem em causa problemas de relacionamento entre professor e alunos, ou quando uma desadequada relação pedagógica tiver levado à degradação da qualidade das aprendizagens. Há situações onde imperativos de natureza pedagógica ou organizativa levam a concluir que o fim da continuidade pode beneficiar o comportamento e/ou o aproveitamento dos alunos.
- De natureza ética e profissional:
Tendo em conta a necessidade de otimizar o potencial de formação científica, pedagógica e didática de cada docente, bem como o perfil de competências e a atitude demonstrados, as disciplinas/anos de exame devem, sempre que possível, ser distribuídas a docentes motivados, experientes, comprometidos com o Projeto Educativo e com a imagem da Organização, e que venham demonstrando orientar a sua ação de acordo com os princípios da educação inclusiva, da melhoria da qualidade das aprendizagens, da obtenção de resultados escolares, e ainda com o desígnio de que todos os alunos devem realizar aprendizagens significativas, independentemente das suas características e/ou necessidades específicas. A lecionação de disciplinas de exame implica a interiorização de uma cultura de disciplina científica e pedagógico-didática, empenho e dedicação, bem como de uma cultura de rigor, de exigência e de disponibilidade para a melhoria do desenvolvimento profissional, aliadas a uma relação pedagógica motivadora e inspiradora que deve ser reconhecida e valorizada.
- Na Educação Especial, em que os docentes têm a função primeira de apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, a distribuição de serviço docente deve orientar-se essencialmente pelos seguintes critérios:
 - Continuidade pedagógica – o conhecimento dos contextos e a existência de processos de trabalho colaborativo automatizados pode constituir-se um facilitador no apoio à docência e na mobilização dos recursos específicos necessários, nomeadamente da comunidade. Sempre que justificável integrarão as Equipas Pedagógicas no sentido de assegurarem o acompanhamento de um grupo de alunos específicos ao longo do ciclo. Esta circunstância favorece a partilha do conhecimento acerca da melhor resposta pedagógica a implementar, facilita o planeamento conjunto, permite o contínuo da intervenção e a automatização de alguns procedimentos estratégicos de cooperação.
 - Estabilidade – tendo em vista o bom planeamento e concretização do trabalho a desenvolver, bem como a disponibilidade dos docentes de EE para o apoio aos alunos e aos docentes, procurar-se-á evitar deslocações constantes de professores entre escolas, fixando, sempre que possível, um docente a uma escola ou a um reduzido número de escolas;
 - Adequação do perfil de formação do docente ao nível de escolaridade e às exigências específicas de apoio à aprendizagem e à inclusão – procurando otimizar o potencial de formação de cada docente.
- No Ensino Profissional e Cursos de Educação e Formação, a distribuição de serviço docente deve obedecer aos seguintes critérios:
 - Tendo em conta a necessidade de adequar o perfil de competências pessoais e profissionais às características dos alunos, o ensino de dupla certificação deve ser, preferencialmente, distribuído a docentes que:
 - Demonstrem compromisso com a realidade da formação profissional enquanto fator facilitador da transição dos alunos para a vida ativa e para o contexto real de trabalho;

- Demonstrem capacidade para centrar a aprendizagem no princípio “fazer para aprender”, em detrimento do “aprender a fazer”, privilegiando metodologias de projeto e valorizando e respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
 - Detenham características de personalidade e competências profissionais que lhes permitam trabalhar com alunos com baixas expectativas, défice de motivação e percursos escolares marcados pelo insucesso, quando necessário;
 - Orientem a sua ação para a obtenção de sucesso escolar.
- Dada a especificidade destas modalidades de ensino, os professores que lecionem ao ensino profissional e CEF devem preencher o seu horário, sempre que possível, em exclusividade.
 - A orientação da PAP será atribuída ao(s) professor(es) das disciplinas da componente técnica dos cursos, devendo estes, no entanto, obter a colaboração e envolvimento da restante equipa pedagógica.
 - O tempo destinado à orientação da PAP deve ser marcado em simultâneo no horário da turma e do professor e em simultâneo em todas as turmas/professores orientadores de um mesmo curso.
 - O cargo de Diretor de Cursos Profissionais ou CEF deverá ser atribuído preferencialmente a professores da componente técnica.
 - Nos Cursos Profissionais e CEF, o Diretor de Curso deverá, sempre que possível, acumular também o cargo de Diretor de Turma.
22. A disciplina de Cidadania e Desenvolvimento deve ser distribuída preferencialmente ao Diretor de Turma. Contudo, para o desenvolvimento de temas e projetos específicos, pode vir a ser distribuída a outros docentes com competências adequadas, de acordo com programa aprovado pelos Órgãos de Gestão do Agrupamento. Contudo, o facto de ser distribuída ao Diretor de Turma não significa que a sua operacionalização seja apenas da sua responsabilidade. Lembra-se que, de acordo com o nº 3 do artº 15º, do DL nº 55/2018, a Cidadania e Desenvolvimento *“constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar. Mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma”*.
23. Cada docente deverá lecionar no máximo 3 níveis, exceto em situações em que a componente letiva do docente, nos termos dos artºs 77 e 79º do ECD, o número de professores existente em cada grupo disciplinar ou o critério de bom aproveitamento dos recursos humanos o não permita.
24. A tarde de segunda-feira deve ser reservada a reuniões do Conselho Pedagógico, pelo que os seus membros deverão ter a tarde livre de atividades letivas, inscrevendo-se aí, no todo ou em parte, as horas para o exercício dos respetivos cargos.
25. De igual modo, os delegados de disciplina deverão ter a tarde 2ª feira sem atividades letivas, no todo ou em parte, de modo a que possam reunir com o respetivo coordenador de departamento. Aí devem ser inscritas as horas destinadas ao exercício do cargo.
26. Procurando consolidar hábitos de trabalho colaborativo na preparação, organização e concretização das atividades letivas (incluindo observação colaborativa de aulas) e na avaliação das aprendizagens dos alunos, nomeadamente ao nível da produção de materiais pedagógicos e partilha de metodologias e práticas avaliativas, haverá lugar, na EPE e no 1º, 2º e 3º ciclos e secundário, sempre que a especificidade dos grupos disciplinares o justifique, a sessões de trabalho semanal/quinzenal. Assim, deverá incluir-se no horário dos docentes da mesma área disciplinar (2º e 3º ciclos e secundário) 45 minutos semanais da CNLE, em simultâneo, para sessões de trabalho que deverão ocorrer quinzenalmente.
27. Os docentes que constituem equipas educativas realizam trabalho colaborativo ao nível horizontal no grupo de alunos, sem prejuízo de se articularem com o respetivo

- grupo disciplinar nas reuniões de coordenação marcadas para o efeito. Aos docentes que constituem equipas educativas, será inscrito no seu horário 45 min semanais da CNLE para trabalho colaborativo com periodicidade quinzenal.
28. Na marcação das horas destinadas a sessão trabalho semanal deverá atender-se à simultaneidade de áreas disciplinares afins, de forma a privilegiar a articulação vertical (Ex: grupos 230, 500 e 520; grupos 200 e 400; grupos 220 e 330; 200, 300 e 320; 240 e 600; 260 e 620).
 29. Na marcação das reuniões de articulação entre ciclos, ou reuniões de outros órgãos ou estruturas, deve ter-se em atenção o horário da atividade letiva dos educadores e professores do 1º ciclo.
 30. Deve ser salvaguardado um horário comum a todos os elementos da equipa de autoavaliação do agrupamento, de modo a potenciar o trabalho conjunto e a facilitar a coordenação.
 31. Deve ser acautelado o tempo destinado à participação na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, cujas reuniões decorrem na tarde de 2ª feira.
 32. A tarde de 4ª feira deve ser reservada a reuniões legalmente convocadas, podendo vir a ser possível fazê-lo noutro dia/hora, desde que todos os elementos tenham disponibilidade no seu horário.
 33. As atividades do Desporto Escolar decorrerão preferencialmente na tarde de 4ª feira, embora, tendo em conta a realidade específicas de cada uma das escolas, possam funcionar noutros dias da semana e noutro horário.
 34. A hora de atendimento a encarregados de educação deverá ser marcada por todos os Diretores de Turma no seguinte horário: entre as 12:00 e as 13:30 ou após as 17:30. Situações que divirjam desta orientação devem resultar de consenso expresso entre DT e encarregados de educação, dando-se disso conhecimento à Direção.
 35. A introdução de um dia sem atividades letivas no horário do professor não é uma prioridade, pelo que ela só deverá ocorrer em situações devidamente ponderadas e desde que tal não acarrete qualquer condicionamento para a organização da mancha horária. De resto, dia sem atividades letivas não significa dia sem atividades escolares, pelo que os professores nestas circunstâncias deverão participar em todas as atividades escolares que vierem a ser calendarizadas nesses dias e os envolvam.
 36. Cabe aos grupos disciplinares informar sobre a eventual necessidade de salas específicas para a lecionação de determinadas disciplinas/áreas, bem como propor a distribuição da carga horária da disciplina ao longo da semana.
 37. Deverá reservar-se a tarde de 3ª feira da Prof Bibliotecária representante na Secção de Formação e Monitorização do CFIAP, para reuniões. Deverá salvaguardar-se ainda o dia de 2ª feira para que as professoras bibliotecárias possam participar em reuniões interconcelhias.
 38. Deverá reservar-se uma tarde livre (3ª ou 5ª feira) comum aos seus elementos para reuniões de direção e coordenadores de estabelecimento.

4. DESEMPENHO DE CARGOS DE GESTÃO E DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

- a) *Para o exercício dos cargos de subdiretor, adjunto e coordenador de estabelecimento é atribuído um crédito de horas específico calculado de acordo com o número de alunos, nos seguintes termos (artº 4º):*

Funções	Número total de crianças e alunos que frequentam a escola				N.º de estabelecimentos do agrupamento	
	≤ 1400	> 1400 e < 2800	> 2800 e < 3200	≥ 3200	+ de 10	+ de 20
Subdiretor + 1 adjunto	28 horas	36 horas	----	----	+ 8 horas	+ 14 horas
Subdiretor + 2 adjuntos	36 horas	44 horas	----	---		
Subdiretor + 3 adjuntos	50 horas	58 horas	66 horas	74 horas		
	Número total de crianças e alunos que frequentam a escola					
Coordenador de estabelecimento designado nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril:	>250 e ≤ 500	>500				
	+8 horas	+12 horas				
Número de horas estimadas para as deslocações semanais entre a escola sede e os restantes estabelecimentos de ensino e de educação do agrupamento de escolas (subdiretor e adjunto).						
Este valor, bem como o respetivo critério de apuramento pode ser consultado a partir de 20 de junho na área reservada às escolas no Sistema de Informação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, abreviadamente designado por MISI.						
A atribuição do crédito adicional de oito horas nas situações em que exista um número ≥ 3200 crianças e alunos ou mais de 10 estabelecimentos é aplicada de forma alternativa.						

- b) *Compete ao diretor proceder à distribuição do crédito de horas, salvaguardando um mínimo de atividades letivas a distribuir ao subdiretor, aos adjuntos e ao coordenador de estabelecimento, no caso de ser educador ou docente do 1.º ciclo do ensino básico, de forma a viabilizar a avaliação do desempenho.*
- c) *As horas apuradas para a coordenação de estabelecimento são geridas de um modo global e atribuídas pelo diretor tendo em conta especificidade do trabalho a desenvolver nas diferentes escolas do agrupamento.*
- d) *As horas deste crédito horário, eventualmente não utilizadas, podem acrescer ao resultado da fórmula de crédito horário prevista no artigo 9.º*
- e) *Para o exercício das funções de direção de turma cada escola gere quatro horas semanais, a repartir entre a componente não letiva e as horas resultantes do crédito horário, garantindo neste um mínimo de duas horas, podendo os diretores, ouvido o conselho pedagógico, encontrar outras formas de organização (ponto 4 do artº 10º).*
- f) *Sem prejuízo do disposto no número anterior, até duas destas horas podem ser atribuídas a outro docente do conselho de turma que seja responsável pelo acompanhamento dos alunos da turma (ponto 5 do artº 10º).*
- g) *A atribuição do cargo de Diretor de Turma, dadas as suas características e funções, designadamente (nº 2, alínea b) do artº 10º):*
- Assegurar o planeamento conjunto da lecionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;*
 - Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;*
 - Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;*
 - Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;*
 - Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;*
 - Promover mecanismos de devolução de informação às famílias.*
- deve obedecer aos seguintes critérios:
- Ser, preferencialmente, professor dos quadros;*
 - Lecionar à totalidade ou à maioria dos alunos da turma;*
 - Ser um docente com facilidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, ter competências de liderança e de coordenação, ser capaz de criar um clima de empatia entre os vários intervenientes no processo educativo e gostar de trabalhar em equipa;*
 - Ter já demonstrado no exercício do cargo uma preocupação sistemática com o desempenho, postura e bem-estar dos alunos, com a qualidade das aprendizagens, com o bom relacionamento entre os alunos e os professores da turma e com a imagem da escola no exterior, nomeadamente para os encarregados de educação;*

- v. Ser capaz de levar os docentes da turma a repensar os processos quando estes se revelarem ineficazes, com vista a obter melhores resultados pelos alunos.
- h) Para o exercício dos cargos e funções a que se referem os artigos 30.º (assessoria da direção) e 42.º (estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica) do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua redação atual, cada escola dispõe de crédito horário que pode imputar à componente letiva dos respetivos docentes, apenas quando as horas da componente não letiva se revelarem insuficientes (ponto 3 do artº 10º).
- i) O exercício de funções em outras estruturas de coordenação a que se refere o artigo 45 do DL 75/2008, de 22 de abril, definidas no RI e que enformam a estrutura organizacional do agrupamento, é assegurado, exclusivamente, no tempo da CNLE, nos termos do previsto na alínea i) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD.
- j) O número de horas a atribuir para o exercício de cargos de coordenação educativa e supervisão pedagógica, tendo em conta a estrutura organizacional do agrupamento e a disponibilidade de crédito horário, é o que consta da Tabela 2 deste documento.

TABELA 2

Exercício de cargos de coordenação educativa e supervisão pedagógica
(artº 42 a 44 e artº 45 do DL 137/2012 / Estrutura Organizacional do Agrupamento)

Cargos		Critérios de atribuição de horas	Nº de tempos letivos para o exerc. do cargo (60 min)	Proveniência de horas para o exercício do cargo				
				Artº 79º do ECD	CNLE	Crédito do horário	Crédito próprio	
Direção de Serviços Educativos								
Coordenador de Departamento	Mat e Ciênc Experimentais	De 2 a 15 De 16 a 30 De 31 a 45 Mais de 45	2 3 3,75 4	Sim	Sim	Sim	Não	
	Línguas							
	C. Sociais e Humanas							
	Expressões							
	Tecnologias							
	Educação Especial							
	1º Ciclo							
	Pré-escolar							
Coordenação de outras estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica	• Grupos disciplinares	De 3 a 6 ≥ 7	1 2	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Sub-delegado de grupo nas escolas EB 2/3	≥ 3	1	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Direção de Turma	Definido pela escola	3,3 (200 min)	Sim	Sim	Sim (100 min)	Sim	
	• Docente assessor do DT		1,6 (100 min)	Sim	Sim	Não	Não	
	• Coordenação do 1º ciclo		2	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Coordenação do 2º ciclo		2	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Coordenação do 3º ciclo		3	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Coordenação do Ensino Secundário		2	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Coord. dos SOEFDCJ		2	Sim	Sim	Sim	Não	
	• Coord. do Ens. Educação Formação de Jovens		1,5	Sim	Sim	Não	Não	
	• Diretor de Curso Profissional		A definir em função do nº de turmas	Sim	Sim	Sim	Não	
	Direção de Serviços Técnico-Pedagógicos							
	• Coordenador Serviços BE (Professor Bibliotecário)		Leciona 1 turma	(Portaria 192-A/2015)	Sim	Sim	Não	Sim
Serviços de apoio sócio educativo	• Coordenador		2	Sim	Sim	Não	Não	
	• Prof. interlocutor para a CPCJ e Abandono Escolar		1,5	Sim	Sim	Não	Não	
	• Prof. Coordenador Edu p/ a Saúde e Edu Sexual		1,5 (Desp 2506/2007)	Sim	Sim	Não	Não	
Serviços de	• Coordenador		2	Sim	Sim	Não	Não	

Atividades de Complemento Curricular	• Clubes		Em regra 1	Sim	Sim	Não	Não
	• Projetos		Em regra 1	Sim	Sim	Não	Não
• Coordenação dos Serviços do Gabinete do Aluno			1	Sim	Sim	Não	Não
• Coordenador dos Serviços de Informática			2 + Assessoria	Sim	Sim	Sim	Não
• Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva			2	Sim	Sim	Não	Não
• Coordenador da Estratégica de Educação para a Cidadania na Escola			1,5	Sim	Sim	Não	Não
• Coordenador da Autonomia e Flexibilidade Curricular			1,5	Sim	Sim	Não	Não
Direção de Serviços Técnico-Administrativos							
• Diretor de instalações		Definido pela escola	1,5	Sim	Sim	Não	Não
• Delegado de Segurança			1,5	Sim	Sim	Não	Não
• Professor que acompanha Serviços de Alimentação			0,75	Sim	Sim	Não	Não
• Serviço de Horários			1,5	Sim	Sim	Não	Não
• Coordenação dos Serviços de Comunicação e Imagem			3	Sim	Sim	Não	Não
• Equipa de Autoavaliação	• Coordenador		2	Sim	Sim	Não	Não
	• Membros		1,5	Sim	Sim	Não	Não
• Equipa EQAVET	• Coordenador		2	Sim	Sim	Não	Não
	• Membros		1,5	Sim	Sim	Não	Não
Coordenador de Estabelecimento							
• Coordenador de Estabelecimento		EB 2/3	13,3/2	Sim	Sim	Sim	Sim
		EB 1	A definir caso a caso	Sim	Sim	Não	Não

III – CRÉDITO HORÁRIO, PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

1. CRÉDITO HORÁRIO PARA A ATIVIDADE PEDAGÓGICA (artºs 8º a 10º)

O crédito horário constitui um conjunto de horas atribuído a cada escola, que acresce ao total da carga horária prevista nas matrizes curriculares, tendo por finalidade o reforço, recuperação ou aprofundamento das aprendizagens dos alunos, bem como o exercício de funções de âmbito organizacional.

1. O crédito horário é determinado a partir do número de turmas existentes e de horas já disponíveis nos termos do artigo 79.º do ECD, de acordo com a seguinte fórmula (artº 9º):

$$CH = 7 \times n.º \text{ de turmas} - 50 \% \text{ do total de horas do artigo 79.º do ECD}$$

2. Para efeitos de apuramento do cálculo a que se refere o número anterior são utilizadas as seguintes regras:
 - a) As turmas referidas na fórmula reportam aos três ciclos do ensino básico e ao ensino secundário, devendo ser consideradas todas as ofertas formativas independentemente do regime e da modalidade;
 - b) As horas do artigo 79.º do ECD são as referidas nos nºs 1 e 2 do citado artigo.
3. A gestão do crédito horário é feita de uma forma global a todo o agrupamento e flexível de modo a melhor corresponder às necessidades dos alunos e às medidas de promoção do sucesso escolar, nomeadamente, às que surjam ao longo do ano.
4. Sempre que, no decurso do ano letivo, o total de horas, calculado nos termos do n.º 1, se mostrar insuficiente para a concretização da finalidade a que se destina, a escola apresenta um pedido de reforço de crédito horário, devidamente fundamentado, à Direção-Geral da Educação (DGE), que decide, mediante parecer prévio da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) e confirmação de disponibilidade orçamental por parte do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P..
5. O crédito de horas destina-se prioritariamente a garantir (artº 10º):
 - a) A implementação de medidas de flexibilidade curricular que ao nível didático e pedagógico promovam o sucesso educativo nos diferentes níveis de ensino;

- b) A implementação das ações que cada escola definiu ao nível do seu plano de ação estratégica com vista à promoção do sucesso escolar.*
6. O crédito horário destina-se, ainda, ao exercício de:
- a) Funções de coordenação educativa e supervisão pedagógica nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente;*
 - b) Funções de direção de turma, nas quais se incluem, entre outras:*
 - vi. Assegurar o planeamento conjunto da lecionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;*
 - vii. Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;*
 - viii. Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;*
 - ix. Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;*
 - x. Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;*
 - xi. Promover mecanismos de devolução de informação às famílias.*
 - c) Funções de assessoria à direção previstas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente, cabendo às escolas definir, no âmbito da sua autonomia, os critérios para a constituição e dotação das mesmas;*
 - d) Atividades de manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, bem como de programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam.*
7. *Com exceção das funções previstas na alínea b) do número anterior, a utilização das horas de crédito horário para o exercício das funções e atividades previstas nas restantes alíneas apenas pode ter lugar quando as horas da componente não letiva se revelem insuficientes.*
8. (...).
9. (...).
10. (...).
11. *O serviço prestado por técnicos especializados contratados nos termos do número anterior não é considerado serviço docente.*

2. CRÉDITO HORÁRIO PARA O CENTRO QUALIFICA

1. O crédito horário para o Centro Qualifica é divulgado através da publicação de despacho do MEC (em março de 2019, o crédito atribuído foi de 80h).

3. CRÉDITO HORÁRIO PARA PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO

2. O professor bibliotecário deve assegurar a lecionação de uma turma, sendo dispensado da componente letiva não utilizada nesta lecionação (ponto 3, artº 3º, Portaria 192-A/2015, de 29 de junho).

4. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (artºs 11 e 12)

- 1. As medidas de reforço da autonomia e das possibilidades de flexibilidade no desenvolvimento do currículo visam possibilitar a melhoria das aprendizagens dos alunos, garantindo que todos alcançam as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*
- 2. Nos casos em que a equipa de docentes da turma identificar necessidades específicas de acesso às aprendizagens curriculares, a abordagem multinível permite o recurso a medidas universais, seletivas e adicionais.*
- 3. As horas de apoio educativo para os alunos dos três ciclos de ensino básico e do ensino secundário utilizam-se, apenas, com base nas necessidades reais que em cada momento do ano letivo são identificadas.*
- 4. Para efeitos do disposto no número anterior deve ser tido em consideração o previsto na alínea m) do n.º 3 do artigo 82.º do ECD nos casos de apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem.*
- 5. A adoção da medida de coadjuvação em sala de aula deve assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos.*

6. A medida referida no número anterior pode ser adotada, sempre que entendida como necessária, designadamente, nas componentes do currículo de Educação Artística e de Educação Física no 1.º ciclo do Ensino Básico.
7. O Apoio ao Estudo previsto na matriz curricular do 2.º ciclo do ensino básico é oferecido com recurso exclusivo às horas da componente não letiva de estabelecimento e do crédito horário.
8. Para efeitos do disposto no número anterior a opção entre o recurso às horas da componente não letiva de estabelecimento ou do crédito horário terá em conta a natureza do apoio em particular quanto à forma de organização.
9. O Complemento à Educação Artística, no 2.º ciclo do ensino básico, é oferecido com recurso às horas do crédito horário cabendo a cada escola decidir quanto à oferta desta componente, bem como sobre a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
10. A concretização da Oferta Complementar prevista na matriz curricular dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico é garantida com recurso exclusivo às horas do crédito horário.
11. A componente referida no número anterior é destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo competindo à escola construir os respetivos documentos curriculares, para os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.
12. Compete, também à escola, definir e estabelecer os currículos da Oferta de Escola prevista na matriz curricular dos Cursos Profissionais, caso esta constitua opção da escola.
13. O recurso à contratação para a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo pode acontecer, apenas, quando a componente letiva dos docentes de carreira se encontrar totalmente preenchida e existam, ainda, horas disponíveis no crédito referido nos n.os 1 e 2 do artigo 9.º.
14. Consideram-se medidas de promoção do sucesso educativo no 1º, 2º e 3º ciclo e secundário, toda e qualquer estratégia de intervenção individual ou em pequeno grupo, devidamente estruturada, que vise a adequação do processo educativo às necessidades e características dos alunos, a compensação, o reforço e a melhoria das aprendizagens dos alunos e a recuperação e/ou consolidação de aprendizagens em determinada disciplina, ano ou curso, no pressuposto de que todos aprendam e alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
15. Desde que os recursos disponíveis o permitam, serão asseguradas salas de estudo/gabinete do aluno em cada uma das escolas EB2/3 e secundária do agrupamento. A sala de estudo deve assumir-se como um espaço de orientação pedagógica, de regulação de comportamentos perturbadores e de interiorização de regras e de princípios, e de criação de hábitos de trabalho e de estudo. Trata-se de uma medida universal, de frequência obrigatória para os alunos que para isso sejam indicados ou aos quais tenha sido aplicada a medida corretiva de Ordem de Saída da Sala de Aula, e facultativa para restantes, designadamente para aqueles que revelem dificuldades de aprendizagem e baixos níveis de organização e autonomia que necessitem de medidas seletivas de antecipação e reforço de aprendizagens.
16. Com o objetivo de adequar o ensino aos ritmos e capacidades dos alunos, apoiando os que revelem dificuldades de aprendizagem e potenciando as capacidades e os níveis de desempenho daqueles que apresentem melhores resultados, e desde que os recursos disponíveis o permitam, serão constituídos grupos de homogeneidade relativa por nível de proficiência, nos seguintes termos:
 - a) No 9º ano, através do reforço de carga horária nas disciplinas de exame (+Port e +Mat), ou outras, cujos resultados escolares o aconselhem.
 - b) No 11º e 12º anos, através do reforço de carga horária em todas as disciplinas de exame, cujo histórico de assiduidade e cujos resultados assim o justifiquem.
 - c) No 10º ano em Português e Matemática (+Port, +Mat).
 - d) Noutros anos de escolaridade, em disciplinas pontuais em que se considere ajustado.
 - e) No 1º Ciclo continuará a ser implementado a metodologia de organização "Turma+" ao 1º e 2º anos de escolaridade, nos termos previstos no Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar. Caso os recursos o permitam, poderá alargar-se a medida a outros anos de escolaridade, desde que em

determinada escola o nº de alunos o justifique. Trata-se da constituição de uma turma a mais sem alunos fixos que agrega temporariamente (por período letivo) alunos provenientes de turmas do mesmo ano de escolaridade e com níveis de proficiência, características ou interesses que permitam criar um ambiente favorável à aprendizagem.

17. Nos 6º e 8º anos, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior (5º e 7º), nas disciplinas de Português e Matemática, serão criados "Grupos de Desenvolvimento Diferenciado", em que as turmas serão divididas em níveis de proficiência, do menor ao maior grau de dificuldade e em que será criado, com recurso a crédito horário, um grupo a mais relativamente ao número de turmas existentes. O trabalho pedagógico será desenvolvido no âmbito do conceito de "equipa educativa", podendo não haver coincidência entre a realidade turma e a realidade grupo. As aulas decorrerão em simultâneo por ano de escolaridade e disciplina, de modo a possibilitar a mobilidade de alunos entre grupos, pelo que cada grupo será atribuído a um professor diferente.
18. No caso das disciplinas que não cumpriram integralmente os respetivos programas, ou em que os alunos não consolidaram convenientemente as aprendizagens, por problemas de assiduidade, por colocação tardia de professores ou por ritmos de aprendizagem mais lentos, deverão ver reforçada a carga horária durante o presente ano letivo, com recurso ao crédito horário, com periodicidade trimestral, semestral ou outra;
19. No 1º ciclo, integrado nas Atividades de Enriquecimento Curricular, e no 5º e 7º anos, dependendo dos recursos, serão inseridas, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento ou em outros espaços tidos por convenientes, com recurso a parcerias externas, atividades devidamente estruturadas que visam potenciar a concentração e o autocontrolo e melhorar o sucesso escolar (ex: "projeto Emoção em Ação").
20. Nas disciplinas onde se verifique elevado grau de insucesso (2º e 3º ciclo e secundário) poderá recorrer-se à coadjuvação em sala de aula, de modo a implementar mecanismos de diferenciação pedagógica, a rentabilizar ao máximo o trabalho pedagógico e a evitar a sobrecarga de apoios individualizados em alunos com baixa capacidade de concentração e de baixas expectativas relativamente à escola. A adoção da medida de coadjuvação em sala de aula deve assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos.
21. A oferta de Apoio ao Estudo no 2º ciclo é obrigatória para as escolas e a sua frequência é obrigatória para os alunos para tal indicados pelo conselho de turma, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação. Ao apoio ao estudo no 2º ciclo devem ser afetados professores de Português e de Matemática, podendo ainda recorrer-se à constituição de grupos homogéneos de alunos, consoante os seus ritmos de aprendizagem.
22. Nos 4º e 9º ano, e no ensino secundário, mercê do protocolo com o Instituto de Educação e Cidadania, poderão ser desenvolvidos cursos avançados de ciência, com a duração de 10 semanas, envolvendo grupos de 10 a 12 alunos, para desenvolvimento de atividades de natureza experimental.
23. Por iniciativa de professores do agrupamento, podem ser desenvolvidos cursos com a duração de 6 a 10 semanas, para grupos de 10 a 12 alunos, em diversas áreas do conhecimento, para aprofundamento de temáticas específicas.
24. **Apoio tutorial específico (artº 12):**
 - a) Para além do crédito previsto no artigo 9.º, é disponibilizado às escolas um crédito horário adicional a fim de ser prestado um apoio tutorial específico aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções.
 - b) Cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos.
 - c) Para o acompanhamento do grupo de alunos referido no número anterior, são atribuídas ao professor tutor quatro horas semanais.
 - d) Os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem prever tempos comuns para a intervenção do professor tutor.

- e) *Sem prejuízo de iniciativas que em cada escola possam ser definidas, ao professor tutor compete:*
- Reunir nas horas atribuídas com os alunos que acompanha;*
 - Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;*
 - Facilitar a integração do aluno na turma e na escola;*
 - Apoiar o aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;*
 - Proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;*
 - Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;*
 - Envolver a família no processo educativo do aluno;*
 - Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.*
- f) *Os alunos referidos no n.º 1 beneficiam deste apoio tutorial, bem como de outras medidas de promoção do sucesso educativo, independentemente da tipologia de curso que frequentem.*
- g) *A constituição de grupos de alunos para o apoio tutorial específico, a título excecional, com um número inferior ao limite estabelecido no n.º 2 carece de autorização dos serviços do Ministério da Educação competentes, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.*
- h) *A constituição de grupos de alunos para o apoio tutorial específico, a título excecional, com um número superior ao limite estabelecido no n.º 2 carece de autorização do conselho pedagógico, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.*

5. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS E ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS DOS ALUNOS (artº 13)

- No âmbito das suas competências, o conselho pedagógico define os critérios gerais a que obedece a elaboração dos horários dos alunos, designadamente quanto a:*
 - Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite);*
 - Distribuição dos tempos letivos, assegurando a concentração máxima das atividades da turma num só turno do dia;*
 - Limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia;*
 - Atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana;*
 - Distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira e da educação física;*
 - Alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausências de docentes;*
 - Distribuição dos apoios a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal;*
 - Desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico atento o disposto no artigo 18.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.*
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, o conselho pedagógico pode ainda estabelecer outros critérios a seguir na elaboração dos horários e na organização das atividades educativas que se mostrem relevantes, no contexto da escola, para a promoção de dinâmicas de flexibilidade curricular.*
- O diretor, no âmbito das suas competências, assegura, ouvido o conselho pedagógico, a organização de um conjunto de atividades de natureza lúdica, desportiva, cultural ou científica, a desenvolver nos tempos letivos desocupados dos alunos por ausência imprevista de professores.*
- Com vista à prevenção do insucesso e do abandono escolares, e sem prejuízo das medidas de promoção do sucesso educativo elencadas no presente Despacho, a escola deve organizar, em momentos do ano letivo à sua escolha, oportunamente divulgados à comunidade escolar, atividades de orientação vocacional e escolar.*
- É permitido o desdobramento de turmas em disciplinas dos ensinos básico e secundário, nos termos do artigo artº 14º DN nº 10-B/2018.*

6. De modo a possibilitar o desenvolvimento da oralidade e da produção escrita, as escolas organizam os horários das turmas, podendo, para tal, encontrar soluções organizativas diversas que podem passar pela marcação de um tempo semanal simultâneo de português e de língua(s) estrangeira(s) dividindo-se, nesse tempo, os alunos numa lógica de trabalho de oficina.

Assim, de acordo com o previsto nos números anteriores e no âmbito da autonomia do agrupamento, é definido o seguinte:

- a) A constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória são regulados pelo DN 10-A/2018, de 19 de junho, alterado pelo DN 16/2019, de 4 de junho.
- b) Nos termos do artº 2 do referido despacho: *Na constituição dos grupos e turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo e no regulamento interno dos estabelecimentos e instituições identificados no n.º 2 do artigo anterior, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente despacho normativo, ficando sujeito a autorização dos serviços competentes do Ministério da Educação quando tal implique um acréscimo do número de grupos ou turmas face ao determinado por estes serviços.*
- c) *Na constituição dos grupos e turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo o diretor, ouvido o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.*

Assim, na constituição de turmas, serão observadas as seguintes linhas orientadoras:

- a) Deve ser respeitada a legislação em vigor quanto ao número mínimo e máximo de alunos para abertura de turma, de curso, de opção ou de disciplina de especificação, e quanto ao desdobramento de turmas. Situações excecionais carecem de autorização superior.
- b) Em caso de insuficiente número de alunos para constituir turma, para abrir disciplina de opção ou curso, deve recorrer-se à ordem de preferência referida pelos alunos no ato da matrícula, ou, quando possível, convocar os alunos para auscultar a sua preferência.
- c) A constituição de turmas com número inferior ou superior ao estabelecido por lei terá sempre carácter excecional e a sua análise em Conselho Pedagógico ou a sua colocação à consideração superior deverá obedecer aos seguintes pressupostos:
 - Existência de alunos com a aplicação de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão em permanência na turma de mais de 60% do tempo letivo curricular ou sempre que no respetivo relatório técnico-pedagógico se identificam barreiras à aprendizagem e participação de tal forma significativas que exigem da parte do professor, no âmbito da aplicação das medidas, de um acompanhamento continuado, sistemático e de maior impacto em termos da sua duração, frequência e intensidade.
 - Observância de critérios de eficaz gestão dos recursos humanos disponíveis, devendo proceder-se à junção de turmas quando tal se torne necessário para assegurar o funcionamento de uma disciplina, ou garantir o número de alunos previsto na legislação em vigor;
 - Opção dos encarregados de educação pelo projeto educativo do agrupamento;
 - Garantia de continuidade dos estudos a alunos em risco de abandono escolar;
 - Inexistência de outra escola no concelho que ofereça o mesmo curso/disciplina;
 - Inexistência de vaga noutra escola do concelho;
 - Necessidade de adequação da oferta educativa à realidade sociológica dos alunos e ao seu perfil sociocultural;
 - Adequação às necessidades do tecido empresarial;
 - Carácter inovador do curso, tendo em conta o meio socioeconómico em que se insere;
 - Existência de recursos humanos disponíveis sem necessidade de recorrer a contratação.
- d) Nos termos do artº 2, nº 2, do DN nº 10-A/2018, *“na constituição dos grupos e turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo o diretor, ouvido o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar”*. Neste sentido, atenta a necessidade de

promover o sucesso escolar e melhorar a qualidade do próprio sucesso, ouvido o Conselho Pedagógico, pode atender-se às especificidades dos alunos, e, perante situações concretas, adotar-se metodologias de diferenciação pedagógica através da constituição de grupos/turma de homogeneidade relativa, tendo em conta os ritmos de aprendizagem e de desempenho dos alunos (Ex: "TurmaMais"; "Grupos de desenvolvimento diferenciado", +Mat, +Port).

- e) Nos casos em que se verifiquem ritmos de aprendizagem mais lentos e maiores dificuldades na concretização das aprendizagens, deve a Direção do agrupamento afetar os recursos humanos que se considerem adequados, dentro das disponibilidades existentes, procurando as respostas pedagógicas e organizativas que melhor respondam às necessidades dos alunos;
- f) No 1º ciclo, deve, sempre que possível, evitar-se a constituição de turmas com grande disparidade de anos de escolaridade, podendo, em situações devidamente ponderadas, interromper-se a continuidade pedagógica e proceder-se a uma reorganização dos grupos;
- g) Ainda que se opte pela adoção de medidas de diferenciação pedagógica através da constituição de grupos de homogeneidade relativa, deve prestar-se particular atenção à relação entre dificuldades de aprendizagem e comportamento dos alunos. Quando comprovadamente se verificar que aquelas resultam deste, deve evitar-se reunir no mesmo grupo/turma alunos que apresentem quadros comportamentais potencialmente perturbadores, mesmo que tal implique o sacrifício de alguma homogeneidade;
- h) Em anos sequenciais deve, sempre que possível, ser dada continuidade às turmas existentes, exceto em situações onde imperativos de natureza pedagógica ou organizativos levem a concluir que o contrário pode beneficiar o comportamento e/ou o aproveitamento dos alunos.
- i) As atividades letivas, as atividades de complemento e enriquecimento curricular e a aplicação de medidas de promoção do sucesso escolar e de flexibilidade curricular deverão proporcionar a todos os alunos da turma oportunidades de aprendizagem, tarefas e tempo de trabalho que previnam a retenção e promovam o sucesso escolar. Assim, os horários serão elaborados em função desses pressupostos, não criando furos, aproveitando os recursos existentes e permitindo a utilização eficaz dos tempos escolares.
- j) Os horários das turmas do regime articulado da música devem ser elaborados em estreita colaboração com o Conservatório de Música de Águeda, de modo a evitar constrangimentos para os alunos. No presente ano letivo, foi consensualizado, para o 7º ano, dedicar a tarde de 3ª a aulas no conservatório. No 8º ano, deve manter-se a tarde de 2ª.
- k) No 2º e 3º CEB, se a interrupção para almoço for superior a 1 hora, deve assegurar-se, sempre que possível, a disponibilidade de professores para prestar apoio aos alunos. Nesse caso serão aí colocados tempos destinados a apoio educativo em sala de estudo ou ao desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos, de modo a que os alunos os possam frequentar.
- l) Caso não seja possível o previsto na alínea anterior, as horas destinadas a apoio educativo ou a sala de estudo deverão ser colocadas na(s) tarde(s) livre(s) dos alunos, ou após o fim das atividades letivas, permitindo ao aluno frequentá-las sem pôr em causa o transporte escolar.
- m) Os tempos letivos devem organizar-se em unidades de 60 minutos, podendo, por proposta fundamentada dos departamentos curriculares, em função das características de uma dada disciplina e turma ou por necessidade de cumprimento integral da carga horária da disciplina, operar-se de modo diverso em um ou mais tempos ao longo da semana.
- n) Sempre que as atividades escolares decorram no período da manhã e da tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora, sendo aconselhável desfazer as horas de acesso ao refeitório;

- o) As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço da turma.
- p) A maior concentração de tempos letivos deverá ocorrer no turno da manhã, que se iniciará às 8h30 na escola sede, e às 8h45 nas EB2/3 de Aguada de Cima e de Fermentelos. Quanto ao turno da tarde, deverá terminar, no máximo, às 17h45 nos cursos que apresentam maior carga horária.
- q) No 2º e 3º CEB, os horários, grosso modo, deverão contemplar, no máximo, 6 tempos letivos de 60 minutos por dia. Qualquer situação que vá além deste pressuposto deverá ter carácter excecional, garantindo-se a alternância de aulas de natureza prática e/ou experimental ou de Educação Física.
- r) De um modo geral, as disciplinas teóricas deverão ocupar o horário da manhã, enquanto as disciplinas práticas deverão ser preferencialmente colocadas no período da tarde.
- s) Na elaboração dos horários das turmas não se deve colocar a mesma disciplina em dias seguidos. Em disciplinas com menor carga horária semanal, devem interpolar-se as aulas ao longo da semana, de modo a que o período de tempo que medeia entre uma aula e outra não seja excessivo.
- t) Cabe aos grupos disciplinares/departamentos pronunciarem-se sobre a distribuição semanal dos tempos letivos, com particular destaque para as Línguas;
- u) Em turmas/disciplinas desdobradas não devem colocar-se aulas de grande grupo entre dois turnos;
- v) Deverá ser definida, se possível, uma segunda tarde livre comum ao ensino secundário regular, com especial destaque para o Curso de Ciências e Tecnologias, para além da de 4ª feira, para atividades de sala de estudo/apoios/reforços de carga horária ou para participação em atividades comuns, designadamente cursos avançados, conferências, etc.
- w) No 1º ciclo, grosso modo, o período da manhã funcionará entre as 9:00 e as 12:30 (com 0,5 hora de intervalo entre as 11:00 e as 11:30) e o período da tarde entre as 14:00 e as 15:30. Seguir-se-á um intervalo de 0,5 hora. As Atividades de Enriquecimento Curricular e/ou última aula funcionarão entre as 16:00 e as 17:00. Os alunos permanecerão na escola até às 17:30.
- x) No 1º ciclo, o total da componente letiva dos docentes (25h semanais) incorpora o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço. Salvo situações excecionais decorrentes do previsto na alínea seguinte, a mancha horária do 1º ciclo é, grosso modo, a seguinte:

Horas	2ªfeira	3ªfeira	4ªfeira	5ªfeira	6ªfeira
9:00-10:00	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas
10:00-11:00	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas
11:00-11:15	Intervalo supervisionado pelos professores				
11:15-11:30	Intervalo				
11:30-12:30	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas
12:30-14:00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14.00-15.00	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas
15.00-15.30	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas	Aulas
15:30-15:45	Intervalo supervisionado pelos professores				
15:45-16:00	Intervalo				
16:00-17:00	AEC	AEC	AEC	AEC	AEC
17:00-17:30	Intervalo				

- y) Sem prejuízo do referido na alínea anterior e atendendo à introdução da disciplina de Inglês nos 3º e 4º anos, bem como da introdução de atividades no âmbito da área de "Emoção em Ação" e "Atividades Lúdico-lógicas", nas AEC, estas poderão

ter de ser inseridas no horário ao longo do dia, levando a que, pontualmente, as atividades letivas terminem às 17:00.

- z) Na Educação Pré-Escolar o horário de funcionamento é o seguinte: das 9:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30. A AAAF funciona antes e depois do horário letivo, sendo que se inicia e termina conforme as necessidades manifestadas pelos Encarregados de Educação em cada Jardim de Infância, em reunião a realizar no início do ano letivo.
- aa) No 1º ciclo, a área de Estudo do Meio deverá, preferencialmente, ocupar a manhã de 4ª ou 6ª, para o desenvolvimento de projetos ligados à Ciência.

6. GESTÃO DO CURRÍCULO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

1. O DL nº 55/2018, de 6 de julho, vem consagrar o princípio de que todos os alunos devem garantir o direito à aprendizagem e ao sucesso educativo. De igual modo, face à incerteza do futuro, torna-se necessário desenvolver nos alunos competências que lhes permitam questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos;
2. O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória estabelece a matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo, dando autonomia às escolas para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos, com vista ao exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida. As escolas são convidadas a realizar uma gestão integrada do conhecimento, valorizando os saberes disciplinares, mas também o trabalho interdisciplinar, a diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, a promoção de capacidades de pesquisa, relação, análise, o domínio de técnicas de exposição e argumentação, a capacidade de trabalhar cooperativamente, dispondo de autonomia para introduzir flexibilidade na gestão do currículo, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais;
3. No AEAS, a Estratégia de Educação para a Cidadania, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas que procura desenvolver competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural, encontra-se materializada em documento próprio e operacionalizada nas matrizes curriculares que mais adiante se apresentam;
4. Na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo, a CD constitui-se como área curricular transversal ao currículo
5. Será produzido um conjunto de documentos, designadamente Planificações, Critérios de Avaliação, etc., em que estão expressos os conhecimentos a adquirir, as capacidades e atitudes a desenvolver, bem como as Aprendizagens Essenciais de cada componente de currículo, área disciplinar e disciplina ou unidade de formação, constituindo estas Aprendizagens Essenciais as orientações curriculares de base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.
6. No AEAS, o Projeto Curricular de Turma (PCT) é o instrumento por excelência de planeamento e gestão curricular, o qual será monitorizado ao longo do ano e avaliado no final do ano letivo, ouvindo alunos, professores e encarregados de educação;
7. A partir da planificação e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo serão desenvolvidos projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores do conselho de turma;
8. Serão elaboradas planificações ao nível do Conselho de Turma, numa tentativa de horizontalizar a gestão do currículo, onde se procurará encontrar áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular (Domínios de Autonomia Curricular - DAC), desenvolvidas a partir da matriz curricular adotada, reconhecendo

os professores como agentes principais do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação ao contexto de cada turma ou grupo de alunos;

9. As opções curriculares adotadas no AEAS podem traduzir-se na combinação parcial de componentes do currículo, áreas disciplinares e disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com recurso a DAC, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar, com possibilidade e partilha de horário entre disciplinas, a partir da planificação horizontal elaborada e que faz parte integrante do PCT. Poderão ainda assentar na alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, em trabalho colaborativo, definidos e articulados ao nível do CT;
10. Os alunos serão auscultados a meio e no final do ano relativamente à eficácia das opções realizadas ao nível da qualidade das aprendizagens;
11. No presente ano letivo, ao nível das dinâmicas de trabalho pedagógico, e de molde a estimular o trabalho colaborativo de natureza interdisciplinar e de articulação disciplinar entre docentes, centrando o seu trabalho essencialmente nos alunos, serão criadas nos anos iniciais de ciclo (5º, 7º e 10º anos) **equipas educativas**, por escola EB2/3 e Secundária, que acompanham turmas ou grupos de alunos.
12. Cabe às equipas educativas e aos docentes que as constituem, no quadro da sua especialidade, definir as dinâmicas de trabalho pedagógico adequadas, tendo por referência as especificidades da turma ou grupo de alunos.
13. De modo a tornar a equipa mais operacional e facilitar a tomada de decisão ao nível interdisciplinar e transdisciplinar, a equipa educativa deve ser o mais reduzida possível, assegurando-se para o efeito que cada docente leccione à mesma turma o máximo de disciplinas para as quais tenha habilitação científica adequada, salvaguardando os princípios da proporcionalidade e do equilíbrio da relação pedagógica;
14. Na ação educativa, com vista ao desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e incorporando medidas enquadradas nos instrumentos de planeamento da escola, em particular no PCT, deve garantir-se uma atuação preventiva que permita antecipar e prevenir o insucesso e o abandono escolares, através da:
 - a) Aplicação dos indicadores constantes do perfil de risco elaborado no âmbito dos Serviços de Apoio Socioeducativo.
 - b) Implementação das medidas multinível, universais, seletivas e adicionais, que se revelem ajustadas à aprendizagem e inclusão dos alunos, nos termos adiante explicitados;
 - c) Adequação, diversidade e complementaridade das estratégias de ensino e aprendizagem, bem como a produção de informação descritiva sobre os desempenhos dos alunos, numa perspetiva eminentemente formativa;
 - d) Monitorização regular da eficácia das aprendizagens realizadas, avaliando a intencionalidade e o impacto das estratégias e medidas adotadas.
15. Com vista à promoção da qualidade e eficiência educativas, serão ainda implementadas diferentes formas de organização, nomeadamente:
 - a) Trabalho colaborativo entre docentes, valorizando o intercâmbio de saberes e de experiências;
 - b) Apoio ao estudo;
 - c) Desenvolvimento de trabalho autónomo, interpares, com mediação de professores.
 - d) Implementação de tutorias, visando a orientação do processo educativo, nomeadamente através da autorregulação das aprendizagens e da adaptação às expectativas académicas e sociais dos alunos;
 - e) Promoção de ações de orientação escolar e profissional, quer ao nível dos Serviços de Psicologia e Orientação, quer no âmbito do Projeto VOGUI a ser implementado nos 9º e 12º anos;
 - f) A concretização de ações de apoio ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, através da implementação aos diferentes níveis de

ensino do projeto de educação para a saúde e para a sexualidade em desenvolvimento no agrupamento.

16. O desenvolvimento da oralidade e da produção escrita numa lógica de trabalho de oficina nas disciplinas de português e de língua estrangeira, a que se refere o ponto 6, do artº 13º, do DN nº 10-B/2018, enquanto medida organizativa específica, terá lugar nos seguintes termos:
- a) Português:
 - Criação de uma disciplina, “Oficina de Comunicação”, no 7º e 8º anos, a gerir trimestralmente, semestralmente ou outra com Língua Estrangeira.
 - Constituição de grupos de homogeneidade relativa, no 9º e 10º anos, através do reforço de carga horária, a operacionalizar no âmbito do grupo disciplinar;
 - b) Línguas estrangeiras:
 - Criação de uma disciplina, “Oficina de Comunicação”, no 7º e 8º anos, a gerir trimestralmente, semestralmente ou outra com Português.
 - Ouvido o grupo disciplinar, pode recorrer-se à coadjuvação em sala de aula em um tempo letivo em todos as turmas do 3º ciclo do ensino básico e 10º ano, com número de alunos superior a 20. No âmbito da coadjuvação, podem ambos os docentes permanecer no interior da sala ou, sempre que se justifique, um dos docentes pode enquadrar alguns alunos numa sala contígua a fim de trabalharem em grupo mais reduzido aspetos de oralidade e/ou de produção escrita.
17. No que concerne à **AVALIAÇÃO**, a sua dimensão formativa é parte integrante do ensino e da aprendizagem, sendo o objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos.
18. Enquanto processo regulador do ensino e da aprendizagem, a avaliação orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
19. A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais, que constituem orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
20. Na avaliação devem ser utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.
21. As diferentes formas de recolha de informação sobre as aprendizagens, realizadas quer no âmbito da avaliação interna, quer externa, prosseguem, de acordo com as suas finalidades, os seguintes objetivos:
- a) Informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens, com vista à promoção do sucesso escolar;
 - b) Aferir a prossecução dos objetivos definidos no currículo;
 - c) Certificar aprendizagens.
22. As informações obtidas em resultado da avaliação permitem ainda a revisão do processo de ensino e de aprendizagem.
23. A avaliação interna das aprendizagens compreende, de acordo com a finalidade que preside à recolha de informação, as modalidades Formativa e Sumativa.
24. A avaliação formativa assume caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

25. Os procedimentos a adotar no âmbito desta modalidade de avaliação devem privilegiar:
- a) A regulação do ensino e das aprendizagens, através da recolha de informação que permita conhecer a forma como se ensina e como se aprende, fundamentando a adoção e o ajustamento de medidas e estratégias pedagógicas;
 - b) O caráter contínuo e sistemático dos processos avaliativos e a sua adaptação aos contextos em que ocorrem;
 - c) A diversidade das formas de recolha de informação, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos adequados às finalidades que lhes presidem, à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.
26. A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos.
27. A avaliação sumativa traduz a necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Esta modalidade de avaliação traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno.
28. No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom (90% – 100%), Bom (70% – 89%), Suficiente (50% – 69%) e Insuficiente (0% – 49%), sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação (exceciona-se as TIC). No 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa no primeiro e segundo períodos pode expressar -se apenas de forma descritiva.
29. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas, e, sempre que se considere relevante, é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar, a inscrever na ficha de registo de avaliação.
30. No ensino secundário, a avaliação sumativa formalizada no final de cada período tem, no final do 3.º período, as seguintes finalidades:
- a) Apreciação global das aprendizagens desenvolvidas pelo aluno e do seu aproveitamento ao longo do ano;
 - b) Atribuição, no respetivo ano de escolaridade, de classificação de frequência ou de classificação final nas disciplinas;
 - c) Decisão, conforme os casos, sobre a progressão nas disciplinas ou transição de ano, bem como sobre a aprovação em disciplinas terminais dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade não sujeitas a exame final nacional no plano de curricular do aluno.
31. As disciplinas constantes dos planos curriculares são objeto de classificações na escala de 0 a 20 valores, e, sempre que se considere relevante, a classificação é acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução da aprendizagem do aluno, incluindo as áreas a melhorar ou a consolidar a inscrever na ficha de registo de avaliação (exceciona-se Cidadania e Desenvolvimento que em caso algum é objeto de avaliação sumativa).
32. No Ensino Profissional, e sem prejuízo de uma explicitação mais detalhada no Regulamento dos Cursos Profissionais, os critérios de avaliação devem ter em conta os perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, enunciando um perfil de aprendizagens específicas (incluindo de natureza técnica nas respetivas disciplinas ou unidades de formação) no âmbito de cada componente de formação, integrando descritores de desempenho em consonância com o Perfil dos Alunos, com as Aprendizagens Essenciais, quando aplicável, e com os perfis profissionais e referenciais de formação.
33. As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro das opções curriculares, nomeadamente dos DAC, são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.

34. As escolas devem assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação. Nesse sentido, conforme já foi referido, o processo de avaliação interna compreenderá para Todos os Alunos as modalidades formativa e sumativa. O processo de avaliação formativa facilitará a regulação e o ajuste do processo. O aluno será envolvido, salvaguardando-se as especificidades da sua funcionalidade, com a finalidade de promover a autorregulação das suas aprendizagens. A avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens do aluno, e expressa-se de forma qualitativa e/ou quantitativa, consoante o ano/ciclo de escolaridade.
35. Critérios de transição/retenção:
No ensino básico, a decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional. A decisão de retenção só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas. A decisão de transição e de aprovação, em cada ano de escolaridade, é tomada sempre que o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem que o aluno demonstra ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades e atitudes para prosseguir com sucesso os seus estudos, sem prejuízo do seguinte:
- Em anos não terminais de ciclo o aluno não progride se estiver numa das seguintes situações:
- a) Tenha obtido classificação inferior a 3 em Português, Matemática e outra disciplina.
 - b) Tenha obtido classificação inferior a 3 em mais de três disciplinas.
- Devem ser ponderadas situações excecionais que divirjam das acima referidas, devendo o Conselho de Turma levar em linha de conta o percurso escolar e a progressão do aluno ao longo do ano e do ciclo e o interesse e empenho demonstrados. A decisão de progressão/retenção deverá resultar do consenso dos professores que integram as reuniões dos conselhos de turma de avaliação e ficar registada em ata.
- Em anos terminais de ciclo o aluno não progride se estiver numa das seguintes situações:
- a) Classificação inferior a nível 3, nas disciplinas de Português ou PLNM e de Matemática;
 - b) Classificação inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.
36. A especificidade e o perfil de alguns alunos pode tornar necessário proceder a adaptações, conforme previsto no artº 29 do DL nº54/2018. Na avaliação dos alunos devem ser aplicados os critérios definidos e asseguradas as adaptações previstas no respetivo Relatório Técnico-Pedagógico e no Programa Educativo Individual. Assim, cabe aos docentes das disciplinas que lecionam a matriz curricular do aluno definir os critérios a aplicar no processo de avaliação do aluno.
37. Nestes casos, na avaliação sumativa devem considerar-se os seguintes indicadores de progressão:
- a) O cumprimento de mais de 50% dos resultados esperados ao nível das competências transversais identificadas no respetivo PEI, em função do Perfil do Aluno;
 - b) Os progressos revelados na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de competências e de atitudes;
 - c) O desenvolvimento de competências comunicativas (orais e escritas): apropriação de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia-a-dia;
 - d) Desenvolvimento de competências conducentes à autonomia pessoal e social e ao comportamento pró-social;
 - e) Evidência da consolidação do autoconhecimento que derive na definição de áreas de interesse para ampliação da capacidade de participação ou definição de uma área profissional, construindo um projeto de vida ajustado e realista.

38. Os docentes das disciplinas, deverão registar no plano curricular do aluno os procedimentos e critérios específicos de avaliação, de acordo com os resultados esperados e com os critérios de avaliação e de progressão inscritos no RTP, consideradas as aprendizagens e competências a desenvolver e tendo como horizonte o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Nos critérios de avaliação deve constar um perfil de aprendizagens a realizar, bem como os instrumentos e técnicas a utilizar, a periodicidade e as condições da sua aplicação.
39. Aplicados os procedimentos descritos, a não aquisição das aprendizagens previstas obrigará a uma reflexão sobre a adequação das metodologias e estratégias, sobre necessidade de revisão dos recursos mobilizados, procedendo-se à quantificação dos facilitadores e barreiras proporcionadas pelo Programa, refletindo sobre a sua própria extensão, consideradas as aprendizagens essenciais atingidas. O resultado desta reflexão derivará no ajuste das medidas e da intervenção.
40. Para os alunos a frequentar o ensino secundário que cumprem adaptações curriculares significativas, será definido um documento de registo para, a cada ano letivo, se inscreverem os saberes adquiridos e as capacidades e atitudes desenvolvidas, designadamente em resultado do Plano Individual de Transição, de acordo com as áreas de competência do PA selecionadas. As evidências dos progressos deverão constar de um portfólio individual que facilite e imprima rigor ao processo de certificação.
41. Cabe ao conselho pedagógico, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, definir em termos globais, de acordo com as prioridades e opções curriculares, e sob proposta dos departamentos, os critérios de avaliação, tendo em conta, designadamente, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais e os demais documentos curriculares.
42. Os critérios de avaliação devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.
43. O modelo adotado no AEAS será a seguinte configuração:

Dimensões	Domínios/ Temas	Fator de ponderação (para cada domínio)	Aprendizagens Essenciais (AE)	Descritores do Perfil do aluno*	Técnicas/ Instrumentos de avaliação
Conhecimentos Capacidades Atitudes					

44. Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
45. Os perfis de aprendizagens específicas e de desempenho serão operacionalizados em cada ano/disciplina, do seguinte modo:

PERFIS DE APRENDIZAGENS (definidos a partir das aprendizagens essenciais e integrando descritores de desempenho) 1º, 2º e 3º CEB²					
Níveis de desempenho Domínios	1 MUITO INSUF (0% - 19%)	2 INSUFICIENTE (20% - 49%)	3 SUFICIENTE (50% - 69%)	4 BOM (70% - 89%)	5 MUITO BOM (90% - 100%)

² No 1º CEB, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se de uma menção qualitativa de Muito Bom (90% - 100%), Bom (70% - 89%), Suficiente (50% - 69%) e Insuficiente (0% - 49%) em cada disciplina sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação (exceto TIC). No 1º ano, no 1º e 2º Períodos, a informação pode expressar-se apenas de forma descritiva.

...	O aluno revela um desempenho muito insuficiente em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno revela um desempenho insuficiente em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno revela um desempenho suficiente em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno revela um bom desempenho em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno atingiu um patamar de excelência em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -
-----	---	---	---	--	--

PERFIS DE APRENDIZAGENS (Definidos a partir das Aprendizagens Essenciais e integrando descritores de desempenho)				
Secundário³				
Níveis de desempenho Domínios	INSUFICIENTE (0 – 9,4)	SUFICIENTE (9,5 – 13,4)	BOM (13,5 – 17,4)	MUITO BOM (17,5 – 20)
...	O aluno revela um desempenho insuficiente em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio. APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno revela um desempenho suficiente em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno revela um bom desempenho em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -	O aluno atingiu um patamar de excelência em relação aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstas para este domínio APRENDIZAGENS ESPECÍFICAS/ DESCRITORES DE DESEMPENHO: - - -

7. MATRIZES CURRICULARES (Anexo I do DL nº 55/2018, de 6 de julho)

Tendo em conta o disposto no Anexo I do Dec-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, a distribuição da carga horária será a seguinte:

7.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1. Área de Formação Pessoal e Social.
2. Área de Expressão / Comunicação:
 - a) Domínio das expressões: Expressão Motora; Expressão Dramática; Expressão Plástica; Expressão Musical;
 - b) Domínio da linguagem oral e abordagem à escrita;
 - c) Domínio da matemática.
3. Área de Conhecimento do Mundo.

³ No Ensino Profissional, e sem prejuízo de uma explicitação mais detalhada a constar do Regulamento dos Cursos Profissionais, os critérios de avaliação devem ter em conta os perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no CNQ, enunciando um perfil de aprendizagens específicas (incluindo de natureza técnica nas respectivas disciplinas ou unidades de formação) no âmbito de cada componente de formação, integrando descritores de desempenho em consonância com o Perfil dos Alunos, com as Aprendizagens Essenciais, quando aplicável, e com os perfis profissionais e referenciais de formação.

7.2 MATRIZ CURRICULAR ENSINO BÁSICO GERAL - 1º CICLO

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
	60 min	60 min	60 min	60 min
	Horas	Horas	Horas	Horas
Português ¹	7	7	7	7
Matemática	7	7	7	7
Estudo do Meio	3	3	3	3
Educação Artística ⁵	2,5	2,5	2,5	2,5
Educação Física ⁵	1	1	1	1
Oferta Complementar				
LL – Livro e leitura ²	1	1		
CT – Ciência e Tecnologia - Probótica ²			1	1
Apoio ao Estudo ³	1	1	1	1
Inglês			2	2
Total ⁶	22,5	22,5	24,5	24,5
EMR	1	1	1	1
AEC	5	5	3	3

(1) **Português** – Uma hora diária para leitura.

(2) **Oferta Complementar** – Novas disciplinas com identidade e documentos curriculares próprios. A área de Livro e Leitura poderá ser lecionada pelo docente titular de turma, sem prejuízo da coadjuvação com docentes de Português. A área de Ciência e Tecnologia – Probótica, poderá ser lecionada por docentes dos Grupos 230/530/540 e 550, através da divisão em 2 turnos, com periodicidade quinzenal.

(3) **Apoio ao Estudo** – Constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

(4) **Cidadania e Desenvolvimento/TIC** – Áreas de integração transversal potenciadas pela dimensão globalizante do ensino. Deverão privilegiar-se áreas como: educação para a cidadania: educação rodoviária; educação financeira, educação para a saúde, TIC, etc.

(5) Nas áreas de **Educação Artística** e de **Educação Física** podem beneficiar de práticas de coadjuvação através da mobilização de docentes de outros ciclos que pertençam aos grupos de recrutamento destas áreas, privilegiando os recursos humanos disponíveis.

(6) A componente letiva dos professores inclui o tempo de intervalo de 2,5 horas entre as atividades letivas, com exceção da hora de almoço. O tempo de intervalo resulta da diminuição de tempo destinado a Oferta Complementar + Apoio ao Estudo (1h) e Educação Física + Educação Artística (1,5h).

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1º CICLO ¹

A carga horária e as áreas a desenvolver são as seguintes:

	AEC 1º e 2º anos		AEC 3º e 4º anos	
	Tempos de 60 m		Tempos de 60 m	
	Horas	Minutos	Horas	Minutos
Ativ. Lúdico-Lógicas / Dança ²	1	60		
Inglês	1	60		
Atividade Física / Desportiva	2	120	1	60
Emoção em Ação	1	60	1	60
Atividades Lúdico-Lógicas			1	60
Total	5	300	5	180

(1) Atividades de oferta obrigatória e frequência facultativa, com carácter eminentemente lúdico, formativo e cultural

(2) EB1 de Aguada de Cima

3º, 4º anos		
Tempos de 60 m		
	Horas	Minutos
Português (1)	7	420
Matemática	7	420
Inglês	2	120
Estudo do Meio	3	180
Exp Artísticas e Físico-motoras	3	180
Apoio ao Estudo (2)	1,5	90
Oferta Complementar (3)	1	60
Total	24,5	1470
Tmáx s/EMR	24,5	
Tmín c/EMR	25,5	
AEC	3	

- (1) Uma hora diária para leitura.
 (2) Apoio ao Estudo – 1,5 horas. Apoio aos alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática.
 (3) Oferta Complementar – 1 hora (educação para a cidadania: educação rodoviária; educação financeira; educação para a ciência, TIC, etc.).

7.3 MATRIZ CURRICULAR ENSINO BÁSICO GERAL - 2º CICLO¹

5º ANO	Tempos de 60 min	
	Tempos	Minutos
Línguas e Estudos Sociais		
Português	4	240
LE1 - Inglês	2,5	150
História e Geog. de Portugal	2	120
Cidadania e Desenvolvimento ²	1	60
Matemática e Ciências		
Matemática ³	4	240
Ciências Naturais ³	2,5	150
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	1,5	90
Educação Musical	1,5	90
Educação Tecnológica	1	60
TIC ⁴	0,5	30
Educação Física	2	120
Total	22,5	1350
EMR (Facultativa)	60 min	
Oferta Complementar		
Programação e Robótica ⁴	0,5	30
Apoio ao Estudo ⁵	1	60
Oficina de Expressão Plástica ⁶	1	60

6º ANO	Tempos de 60 min	
	Tempos	Minutos
Línguas e Estudos Sociais		
Português	4	240
LE1 - Inglês	2	120
História e Geog. de Portugal	2,5	150
Cidadania e Desenvolvimento ²	1	60
Matemática e Ciências		
Matemática ³	4	240
Ciências Naturais ³	2	120
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	1,5	90
Educação Musical	1,5	90
Educação Tecnológica	1	60
TIC ⁴	0,5	30
Educação Física	2,5	150
Total	22,5	1350
EMR (Facultativa)	60 min	
Oferta Complementar		
Programação e Robótica ⁴	0,5	30
Apoio ao Estudo ⁵	1	60
Oficina de Expressão Plástica ⁶	1	60

Notas:

- (1) Sempre que se verificarem turmas mistas – ensino básico geral e ensino artístico especializado –, os alunos do ensino articulado frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga horária e na unidade adotadas pela escola de ensino básico geral na turma que frequentam.
 (2) A disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento** constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar. Mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a

cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma. Cabe à escola definir a estratégia a adotar na educação para a cidadania. A área de cidadania e desenvolvimento será, sempre que possível, atribuída ao diretor de turma, a quem cabe articular com os restantes professores da turma a operacionalização dos temas e projetos a desenvolver.

- (3) As disciplinas de **Matemática** e **Ciências Naturais**, lecionadas preferencialmente pelo mesmo professor, funcionam em organização semestral em 1 tempo letivo.
- (4) Na componente de **Oferta Complementar**, a disciplina de **Programação e Robótica** funciona em organização semestral com a disciplina de **TIC** e é de frequência obrigatória. Trata-se de uma componente destinada ao enriquecimento do currículo, com recurso ao crédito horário. São disciplinas de oferta facultativa e de frequência obrigatória.
- (5) O **Apoio ao estudo** é uma componente de apoio às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo e áreas disciplinares, privilegiando a pesquisa, tratamento e seleção de informação. No AEAS é de frequência obrigatória para os alunos por indicação do conselho de turma, obtido o acordo dos encarregados de educação. Na distribuição da carga horária será atribuído 1 tempo letivo a gerir pelas disciplinas de Português e de Matemática, com organização semestral, trimestral ou outra.
- (6) A **Oficina de Expressão Plástica** funciona como complemento à educação artística, com uma organização anual e é de frequência obrigatória para os alunos. Pode beneficiar de práticas de coadjuvação através da mobilização de docentes de outros ciclos que pertençam aos grupos de recrutamento destas áreas, privilegiando os recursos humanos disponíveis.

7.4 MATRIZ CURRICULAR - CURSOS ARTÍSTICOS ESPECIALIZADOS - MÚSICA - 2º CICLO

5º ANO	Tempos de 60 min	
	Tempos	Minutos
Línguas e Estudos Sociais		
Português	4	240
LE1 - Inglês	2,5	150
História e Geog. de Portugal	2	120
Cidadania e Desenvolvimento ¹	1	60
Matemática e Ciências		
Matemática ²	4	240
Ciências Naturais ²	2,5	150
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	1,5	90
Educação Física	2	120
Total	19,5	1170
Formação Artística Especializada		
Formação Musical		90
Classes de Conjunto		135
Instrumento		90
Total		1485
EMR (Facultativa)	60 min	
Oferta Complementar		
Programação e Robótica ³	0,5	30

6º ANO	Tempos de 60 min	
	Tempos	Minutos
Línguas e Estudos Sociais		
Português	4	240
LE1 - Inglês	2	120
História e Geog. de Portugal	2,5	150
Cidadania e Desenvolvimento ¹	1	60
Matemática e Ciências		
Matemática ²	4	240
Ciências Naturais ²	2	120
Educação Artística e Tecnológica		
Educação Visual	1,5	90
Educação Física	2,5	150
Total	19,5	1170
Formação Artística Especializada		
Formação Musical		90
Classes de Conjunto		135
Instrumento		90
Total		1485
EMR (Facultativa)	60 min	
Oferta Complementar		
Programação e Robótica ³	0,5	30

- (1) A disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento** constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar. Mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma. Cabe à escola definir a estratégia a adotar na educação para a cidadania. A área de cidadania e desenvolvimento será, sempre que possível, atribuída ao diretor de turma, a quem cabe articular com os restantes professores da turma a operacionalização dos temas e projetos a desenvolver.
- (2) As disciplinas de **Matemática** e **Ciências Naturais**, lecionadas preferencialmente pelo mesmo professor, funcionam em organização semestral em 1 tempo letivo.
- (3) Na componente de **Oferta Complementar**, a disciplina de **Programação e Robótica** funciona em organização semestral com a disciplina de **TIC** e é de frequência obrigatória. Trata-se de uma componente destinada ao enriquecimento do currículo, com recurso ao crédito horário. São disciplinas de oferta facultativa e de frequência obrigatória.

7.5 MATRIZ CURRICULAR ENSINO BÁSICO GERAL - 3º CICLO¹

	7º ano		8º ano		9º ano		TOTAIS
	60 min		60 min		60 min		Tempos 60 min
	Tempos	Minutos	Tempos	Minutos	Tempos	Minutos	
Português	3,5	210	3,5	210	3,5	210	630
Línguas Estrangeiras							
LE1 - Inglês	2	120	2	120	2	120	720
LE2 - Francês/Espanhol	2	120	2	120	2	120	
Ciências Sociais e Humanas							
História	1,5	90	1,5	90	2,5	150	810
Geografia	2	120	1,5	90	2	120	
Cidadania e Desenvolvimento ²	1	60	1	60	0,5	30	
Matemática	3,5	210	3,5	210	3,5	210	630
Ciências Físico-Naturais							
Ciências Naturais ³	2	120	2,5	150	2,5	150	840
Física e Química ³	2	120	2,5	150	2,5	150	
Educação Artística e Tecnológica							
Educação Visual	1,5	90	2	120	1	60	450
OEP/Of Teatro/Música + TIC ⁴	1	60	1	60	1	60	
Educação Física	3	180	2	120	2	120	420
Total	25	1500	25	1500	25	1500	4500
EMR (Facultativa)	60 min		60 min		60 min		
Oferta Complementar							
Oficina de Comunicação/ Oficina de Matemática ⁵	1	60	1	60	1	60	

Notas:

- (1) Sempre que se verificarem turmas mistas – ensino básico geral e ensino artístico especializado –, os alunos do ensino articulado frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga horária e na unidade adotadas pela escola de ensino básico geral na turma que frequentam.
- (2) A disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento** constitui-se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar. Mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma. Cabe à escola definir a estratégia a adotar na educação para a cidadania. A área de cidadania e desenvolvimento será, sempre que possível, atribuída ao diretor de turma, a quem cabe articular com os restantes professores da turma a operacionalização dos temas e projetos a desenvolver.
- (3) As disciplinas de **Ciências Naturais** e de **Física e Química** desdobram, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, quando o número de alunos for igual ou superior a 20, no tempo correspondente a 100 minutos, a funcionar alternadamente em cada disciplina, o que corresponde a um desdobramento semanal de 50 min. Acresce que, por uma questão de acerto de horários, serão inseridos 10 minutos semanais com recurso a crédito horário, com vista a criar tempos de 60 minutos.
- (4) As disciplinas OEP/Of Teatro/Música e TIC funcionam em regime de organização semestral.
- (5) Componente de **Oferta Complementar** destina-se à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. As novas disciplinas, criadas pela escola, apresentam identidade e documentos curriculares próprios. Trata-se de disciplinas de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória. São criadas as disciplinas de Oficina de Comunicação, para o desenvolvimento das componentes de oralidade e escrita nas Línguas, e oficina de Matemática, funcionando da seguinte forma:
Oficina de Comunicação: 7º e 8º anos
 – Em regime organização semestral, trimestral ou outra entre o Português e a Língua Estrangeira.
Oficina de Matemática: 9º ano
 – Em regime de funcionamento anual, podendo constituir-se grupos de homogeneidade relativa através de reforço da carga horária.

7.6 MATRIZ CURRICULAR – CURSOS ARTÍSTICOS ESPECIALIZADOS - MÚSICA - 3º CICLO¹

	7º ano		8º ano		9º ano		TOTAIS
	60 min		60 min		60 min		Tempos 60 min
	Tempos	Minutos	Tempos	Minutos	Tempos	Minutos	
Português	3,5	210	3,5	210	3,5	210	630
Línguas Estrangeiras							720
LE1 - Inglês	2	120	2	120	2	120	
LE2 - Francês/Espanhol	2	120	2	120	2	120	
Ciências Sociais e Humanas							810
História	1,5	90	2	90	2	120	
Geografia	2	120	1,5	120	2	90	
Cidadania e Desenvolvimento ²	1	60	1	60	0,5	60	
Matemática	3,5	210	3,5	210	3,5	210	630
Ciências Físico-Naturais							720
Ciências Naturais ³	2	120	2	120	2	120	
Física e Química ³	2	120	2	120	2	120	
Educação Artística e Tecnológica							270
Educação Visual ⁴	1,5	90	1,5	90	1,5	90	
							360
Educação Física	2	120	2	120	2	120	
Total	23	1380	23	1380	23	1380	4140
Formação Musical		90		90		90	
Instrumento		90		90		90	
Classe de Conjunto		135		135		135	
Total		1695		1695		1695	6120
EMR (Facultativa)	60 min		60 min		60 min		
Oferta Complementar							
Oficina de Comunicação/ Oficina de Matemática ⁵	1	60	1	60	1	60	

Notas:

- (1) Matriz para turma dedicada.
- (2) Ver matriz do ensino básico geral.
- (3) Idem.
- (4) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação - e de acordo com as possibilidades da escola - a tomar no momento de ingresso no curso (3.º ciclo).
- (5) Ver nota 5 da matriz do ensino básico geral.

MATRIZ CURRICULAR DO 3º CICLO – 9º ANO – 2019/2020

	9º Ano		TOTAIS
	Tempos de 60 m		Tempos 60 min
	Tempos	Minutos	
Português	4	240	675
LE1 - Inglês	2	120	360
LE2 - Fr / Espanhol	2	120	360
História	2	120	360
Geografia	2	120	360
Matemática	4	240	675
Ciências Naturais	2,5*	150	405
Física e Química	2,5*	150	405
Educação Visual	1,75	105	315
TIC			180
Educação Física	2,00	120	405
Total	25	1485	4500

Tempo sobran te (min)	0		
Oferta Complementar	1	60	
EMR (Facultativo)		45	
Tmáx s/ EMRC	1485		4500
Tmín s/EMRC	1395		4230

Nota 1: A Disciplina de TIC funciona apenas no 8º ano, uma vez que no 7º ano funcionou a disciplina de Oferta de Escola em 90 min.

* O desdobramento de um dos turnos.

7.7 MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO – CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS

	10º Ano		Cidadania e Desenvolvimento ¹	11º Ano		Cidadania e Desenvolvimento ¹	12º Ano		Totais
	Tempos de 60m			Tempos de 60m			Tempos de 60m		
	Tempos	Minutos		Tempos	Minutos		Tempos	Minutos	60 min
Português	3	180		3	180		4 ²	240	600
Línguas Estrangeira	3	180		3	180				360
Filosofia	3	180	3	180			360		
Educação Física	3	180	3	180	3	180	525		
Trienal	4,5 ³	270	4,5 ³	270	5	300	810		
Bienal 1 ²	4,5	270	4,5	270			540		
	5,25	315	5,25	315			630		
Bienal 2 ²	4,5	270	4,5	270			540		
	5,25	315	5,25	315			630		
Anual 1					2,5	150	180		
Anual 2					2,5	150	180		
Total	25,5	1530	25	1530	17	1020	4095		
	27	1620	27	1620			4275		
Tempo sobran te	0		0		15		0		
	0		0		15 ⁴		0		
EMR	60min		60min		60min				

Notas:

- (1) No ensino secundário cabe à escola decidir a forma como implementa a componente de **Cidadania e Desenvolvimento**, podendo, entre outras opções, adotar: oferta como disciplina autónoma; prática de coadjuvação, no âmbito de uma disciplina; funcionamento em justaposição com outra disciplina; abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos.
No AEAS, no ensino secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento será operacionalizada através do desenvolvimento de temas e projetos, mobilizando o contributo das diferentes disciplinas, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania a definir, sob a coordenação do Diretor de Turma.
- (2) A carga das disciplinas bienais aqui definida aplica-se ao curso de Ciências e Tecnologias, pelo que para os cursos de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais poderá haver ajustamentos em função da legislação em vigor quanto a desdobramentos.
- (3) Com recurso ao crédito horário, a disciplina de matemática no 10º e 11º anos será reforçada em 0,5h, com vista ao cumprimento integral dos programas.
- (4) O tempo sobran te no 12º ano será atribuído ao português, sendo completado até 1 tempo de 60 min com recurso a crédito horário

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO – 12º ANO – 2019/2020

		12º Ano		Totais
		Tempos de 60m		
		Tempos	Minutos	60 min
Português		4	240	600
Línguas Estrangeira				360

Filosofia			360
Educação Física	3	180	525
Trienal	4,5 ¹	270	810
Bienal 1			540
Bienal 2			630
Anual 1	3	180	540
Anual 2	3	180	630
Total	17,5	1050	4095
Tempo sobranter		0	4275
EMR	1	90	
Tmáx s/ EMR	1035		
Tmín s/EMR	920		

Notas:

- (1) Com recurso ao crédito horário, a disciplina de matemática no 12º ano será reforçada em 0,5h, com vista ao cumprimento integral dos programas.

7.8 MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO – CURSOS PROFISSIONAIS

Componentes de Formação	Horas ¹
Sociocultural	
Português	320
Língua Estrangeira	220
Área de Integração	220
Tecn de Informação e Comunicação	100
Educação Física	140
Subtotal	1000
Científica	
Duas a três disciplinas	500
Subtotal	500
Tecnológica	
UFCD	1000 a 1300
Subtotal	1000 a 1300
Formação em Contexto de Trabalho	600 a 840
Total	3100 a 3440
EMR	54 horas

Notas:

- (1) A carga horária de cada uma das componentes de formação e disciplinas, bem como a Formação de Contexto de Trabalho, será definida em função da natureza de cada curso, tendo em conta as características do meio e a articulação com as entidades parceiras.

8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA (DL 54/2018, de 6 de julho)

- À conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens do currículo dos ensinos básico e secundário presidem os seguintes princípios orientadores:
 - Promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível, no reforço da intervenção curricular das escolas e no carácter formativo da avaliação, de modo que todos os alunos consigam adquirir os

- conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- b) Garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos alunos, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens, assente numa abordagem multinível, que integra medidas universais, seletivas;
 - c) Assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
 - d) Garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;
 - e) Direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
 - f) Planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;
 - g) Gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
 - h) Respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
2. As escolas devem incluir nos seus documentos orientadores as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.
 3. As linhas de atuação para a inclusão vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização.
 4. A Intervenção Multinível consiste num modelo compreensivo de ação ao nível da escola que supõe a organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem. Falar de abordagens multinível é falar de **processo**. Por isso, importa ter em atenção que o modelo opera necessariamente em **competências específicas**, existindo inclusivamente especificidades na aplicação do modelo em função da competência na qual se pretende intervir, identificando-se como prioritárias áreas da aprendizagem, sobretudo **no domínio da leitura e do comportamento**. Espera-se que consista numa intervenção preventiva e atempada em modelo de contínuo de intervenções.
 5. As linhas de atuação para a inclusão devem integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos. As medidas universais são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social. Tendencialmente são medidas que resultam de rastreios, da análise de resultados escolares e de problemáticas generalizadamente identificadas.
 6. Consideram-se do âmbito mas medidas universais os Grupos de desenvolvimento diferenciado, os múltiplos clubes e projetos em desenvolvimento no agrupamento; as Atividades de Desenvolvimento Curricular, o desporto escolar, as atividades dinamizadas no âmbito das bibliotecas escolares, as coadjuvações em sala de aula, a orientação escolar e profissional, etc.
 7. No que concerne a medidas seletivas, que incluem práticas e serviços dirigidos em situação de risco acrescido de insucesso escolar, inscrevem-se as diferentes

modalidades de apoio dirigidas a pequenos grupos e tendencialmente de curta duração, tais como medidas de reforço de aprendizagens, as medidas para alunos cuja língua materna não é o Português, a Turma+, etc.

8. Ao nível de medidas adicionais, em que se procura assegurar intervenções mais frequentes e intensivas, desenhadas à medida das necessidades e potencialidades de cada aluno, são de aplicação individual ou em pequenos grupos, geralmente prolongadas, requerendo avaliações especializadas. Pode incluir-se neste âmbito o conjunto de apoios específicos e especializados assegurados ao nível do CAA; a ação dos técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão, o Projeto Lançar Pontes, etc.
 9. Devem ser definidos indicadores de avaliação da eficácia das medidas referidas nos números anteriores, considerando-se eficazes as que, assumindo as medidas de flexibilização na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização, assegurem uma resposta que:
 - a) Adote princípios e estratégias pedagógicas e didáticas que visem a concretização das aprendizagens, processo observável pela natural progressão dos alunos ao longo da sua escolaridade (traduzindo-se em % de retenção);
 - b) Organize e desenvolva o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de organização de trabalho diversificados que garantem a participação e a aprendizagem dos alunos, total ou parcialmente, na dinâmica da sua turma;
 - c) Torne visível uma efetiva apropriação dos conhecimentos, capacidades e atitudes trabalhadas em conjunto ou individualmente e que permitem desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, registando-se, ao longo do ano letivo, progressos em termos dos resultados escolares, do comportamento/disciplina;
 - d) Contribuam para diversificar a oferta formativa e o acompanhamento dos alunos na definição de um projeto de vida ajustado e realista, possibilitando a todos a definição de áreas de interesse e o despiste, a orientação/reorientação vocacional, preparando atempada e faseadamente a sua transição para a vida pós-escolar;
 - e) Promovam a valorização da escola e das aprendizagens ao longo da vida, contribuindo para a redução da taxa de abandono escolar;
 10. As linhas de atuação para a inclusão devem integrar um contínuo de medidas universais, seletivas e adicionais que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos.
 11. Consideram-se **medidas universais**:
 - a) A diferenciação pedagógica;
 - b) As acomodações curriculares;
 - c) O enriquecimento curricular;
 - d) A promoção do comportamento pró-social;
 - e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.
- As medidas universais são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.
12. As **medidas seletivas** visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas:
 - a) Os percursos curriculares diferenciados;
 - b) As adaptações curriculares não significativas;
 - c) O apoio psicopedagógico;
 - d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
 - e) O apoio tutorial.

As medidas seletivas são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola.

13. As **medidas adicionais** visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. A mobilização das medidas adicionais depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e

seletivas previstas nos níveis de intervenção anteriores, a fundamentar no relatório técnico-pedagógico. Consideram-se medidas adicionais:

- a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- b) As adaptações curriculares significativas;
- c) O plano individual de transição;
- d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

14. Para além dos recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão (os docentes de educação especial, a técnica de serviço social, os assistentes operacionais), o AEAS dispõe de recursos organizacionais específicos:

- a) A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI);
- b) O centro de apoio à aprendizagem;

apoiados por recursos específicos existentes na comunidade:

- a) A equipa local de intervenção precoce;
- b) A equipa de saúde escolar do ACES
- c) A comissão de proteção de crianças e jovens;
- d) O centro de recursos para a inclusão;
- e) As instituições da comunidade, nomeadamente os serviços de atendimento e acompanhamento da segurança social.

15. A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI):

a) É um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, de composição diversificada, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. Os procedimentos a desencadear para solicitar a intervenção da EMAEI estão descritos no Guião de implementação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.

b) A EMAEI permanente é constituída por:

- Uma junta do diretor;
- Coordenadora do departamento de educação especial (que coordena);
- A coordenadora de anos do 1º Ciclo, o coordenador dos SCOEFD, a coordenadora de diretores de turma do 3º ciclo;
- Uma psicóloga do agrupamento.

c) São elementos variáveis da EMAEI:

- Docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno;
- Outros docentes, designadamente outros docentes do aluno ou docentes da Educação Especial;
- Técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI);
- Técnicos dos Serviços do Agrupamento (Serviço de Psicologia, Serviço Social);
- Outros técnicos que intervêm com o aluno.

d) O docente de educação especial, enquanto parte ativa da equipa multidisciplinar, assume um papel essencial no processo de flexibilidade curricular, contribuindo para a promoção de competências sociais e emocionais, envolvendo os alunos ativamente na construção da sua aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, nomeadamente, a capacidade de resolução de problemas, o relacionamento interpessoal, os pensamentos crítico e criativo, a cidadania. O seu papel será igualmente relevante: (i) nos processos de gestão dos ambientes de sala de aula, (ii) na adaptação dos recursos e materiais, (iii) na constituição de grupos de alunos consoante as suas necessidades e potencialidades, (iv) na adequação das metodologias de ensino e de aprendizagem, (v) na avaliação das aprendizagens, (vi) na definição de percursos de melhoria das aprendizagens, (vii) no trabalho interdisciplinar e (viii) na monitorização da implementação de medidas de apoio à aprendizagem. A intervenção do docente de educação especial realiza-se de acordo com duas vertentes: uma relativa ao trabalho colaborativo com os diferentes intervenientes no processo educativo dos alunos e outra relativa ao apoio direto prestado aos alunos que terá, sempre, um carácter complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou em outros contextos educativos.

- e) A EMAEI tem as suas competências previstas no nº 8 do artº 12º, do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, designadamente atribuições e competências de apoio à operacionalização da educação inclusiva, em termos de acompanhamento e monitorização da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem e, também, o aconselhamento dos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento do CAA e a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva, através de ações diversas, designadamente ações de informação/formação. Deve também adotar procedimentos, definindo mecanismos e instrumentos para regular o seu próprio trabalho.
- f) O trabalho a desenvolver no âmbito da equipa multidisciplinar, designadamente a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem, bem como a elaboração do relatório técnico-pedagógico e do programa educativo individual, quando efetuado por docentes, integra a componente não letiva do seu horário de trabalho.
- g) A Equipa reúne semanalmente, à Segunda-feira, na sala de reuniões da Direção.

16. O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA):

- a) É um recurso organizacional específico enquadrado pelo regime jurídico da Educação Inclusiva, Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho, que constitui uma estrutura de apoio, agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.
- b) Constituem objetivos gerais do CAA, em colaboração com as demais estruturas e serviços da escola, apoiar a inclusão de crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo; promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar; promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma;
- c) O CAA é indicado para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, beneficiários de medidas adicionais de suporte à aprendizagem, designadamente: adaptações curriculares significativas; desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.
- d) O CAA é especialmente destinado a alunos do 2º/3º ciclo e do ensino secundário, dado que no ensino pré-escolar e no 1º ciclo o currículo assenta em propostas promotoras do desenvolvimento global e da aquisição de competências específicas. É suficientemente transversal e flexível para servir de base à operacionalização de qualquer currículo desde que sejam potenciados os fatores ambientais. Considera-se que, em termos de espaço físico, a sala indicada para a Unidade Especializada na ESMC e as salas multiusos das escolas EB de Aguada de Cima e Prof. Artur Nunes Vidal, Fermentelos são adequadas para o funcionamento do CAA.
- e) Todos os alunos acompanham a turma até 60% dos tempos letivos semanais, beneficiando de adaptações curriculares significativas que pressupõem a introdução de outras aprendizagens substitutivas. Serão definidos objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências e atitudes a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal. A matriz de referência tem por base os currículos nacionais e o plano curricular cumprido pelo aluno nos ciclos anteriores. A carga horária semanal será definida caso a caso, correspondendo, por princípio, à carga horária da turma de referência.
- f) A dinâmica do CAA assenta numa ação integrada, constituindo-se um contexto complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos. Nesse sentido, os alunos que cumprem um Programa Educativo Individual, beneficiando de adaptações curriculares significativas, seguem, por princípio, a matriz curricular do ano e nível de ensino que frequentam, fazendo-se os devidos ajustes em termos de aprendizagens substitutivas.
- g) As aprendizagens a realizar no CAA são concretizadas através de apoios específicos assegurados quer pelos docentes de educação especial,

designadamente a Português e Matemática ou por docentes das respetivas disciplinas, a saber:

- Educação Física, podendo, no CAA ou noutros contextos, trabalhar-se dimensões da atividade física que promovam competências de consciência e domínio do corpo, aspetos do bem-estar e da saúde;
 - Físico-Química, sendo viável no CAA realizar aprendizagens mais práticas e experimentais, podendo envolver conteúdos de eletricidade, culinária e outros relacionados com os contextos de vida ou as atividades de despiste vocacional;
 - Ciências Naturais em articulação com o Projeto da Oficina da Terra do CAA em que se realizam aprendizagens relacionadas com o ambiente, com a jardinagem, ambiente;
 - Educação Visual / Educação Tecnológica / Oficina de Expressão Plástica/ Educação Musical, podendo no CAA promover-se a realização de aprendizagens práticas facilitadoras do despiste vocacional, da participação e do lazer que se podem relacionar com técnicas manuais, design de moda, oficina da música e outras a definir caso a caso;
 - Cidadania e Desenvolvimento, Filosofia ou Área de Integração, História e Geografia, podendo sistematizar-se no CAA aprendizagens promotoras da consciência cívica, de desenvolvimento pessoal e social, de autonomia, e geradoras de competências favoráveis à autodeterminação e a uma cidadania ativa;
 - Língua Estrangeira (a definir caso a caso) em que se poderá ajustar a dinâmica do trabalho ao perfil dos alunos, selecionando conteúdos mais práticos, respeitando o ritmo de trabalho e de aprendizagem, no sentido de assegurar espaços de formação para a atualidade e para a globalização.
 - Será ainda criada a área de Atividades de Vida Diária dirigida a alunos com problemas sensoriais específicos de baixa visão ou cegueira, com o propósito de os capacitar para a realização de tarefas do quotidiano, tendo em vista a sua independência, autonomia e socialização. Esta área será da responsabilidade do docente de educação especial.
- h) Os alunos que cumprem um Programa Educativo Individual beneficiarão de modo complementar de um Plano Individual de Transição (PIT) destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional. O PIT deve iniciar-se três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória. Nesse sentido, criar-se-á a Área de Despiste Vocacional que envolverá a concretização desta medida. Esta área será dinamizada pelo docente de educação especial em articulação com o técnico de apoio ao PIT do Centro de Recursos para a Inclusão.
17. Constituem objetivos específicos do CAA:
- a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
 - b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
 - c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
 - d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
 - e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;
 - f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar.
18. A ação do CAA é, assim, de suporte aos docentes responsáveis pelos grupos ou turmas, assegurando a complementaridade, com caráter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos. Sempre que se justifique, o aluno pode usufruir do acompanhamento do Docente de Educação Especial ou de um assistente operacional nos vários contextos de aprendizagem. Cabe em especial ao Docente de Educação Especial a função de "apoiar de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos

meios de motivação, representação e expressão” (nº4, artº11º, DL 54/2018). Tal prática requer um estreito trabalho colaborativo que pode compreender a planificação conjunta de atividades, a definição de estratégias e materiais adequados, entre outros, que promovam a aprendizagem e a participação no contexto da turma de pertença dos alunos. Para tal, sempre que se justifique, a equipa de docentes e técnicos que asseguram o trabalho pedagógico no CAA reunirá.

19. A organização do CAA tem a preocupação de:

- a) Orientar-se por modelos centrados na atividade, na participação e na aprendizagem;
- b) Considerar as ações da escola numa perspetiva de alargamento da participação e atividade em ambientes significativos;
- c) Incluir oportunidades de aprendizagem centradas em experiências da vida real;
- d) Considerar a comunicação como uma área a desenvolver em todas as atividades;
- e) Organizar os contextos educativos de forma a envolver os alunos nas atividades para que possam participar ativamente na aprendizagem e sentirem-se aceites no grupo de pares, desenvolvendo o potencial pessoal e social, o sentido de pertença que lhes facilite a posterior integração a participação social, exercendo uma cidadania ativa.

20. Metodologia de Trabalho:

- a) O desenho universal para a aprendizagem, bem como a abordagem multinível no acesso ao currículo, constituem opções metodológicas subjacentes ao enquadramento legal vigente. Importa, por um lado, mobilizar recursos e desenvolver atividades e projetos com foco académico e comportamental que assegurem um contínuo integrado de intervenções ao serviço de todos os alunos. Por outro lado, importa assegurar oportunidades e alternativas acessíveis para todos os alunos em termos de métodos, materiais, ferramentas, suporte e formas de avaliação, proporcionando múltiplos meios de envolvimento, de representação, de ação e de expressão. O trabalho interdisciplinar, a metodologia do projeto e da participação, o recurso às TIC, a atividades práticas e ao ensino experimental são processos muito facilitadores da remoção de barreiras à aprendizagem e participação. O DUA constitui uma ferramenta de planeamento e ação em sala de aula que responde à necessidade de organização de medidas universais e de construção de ambientes de aprendizagem acessíveis e efetivos para Todos os alunos.
- b) A ação educativa desenvolvida no CAA, complementar da que é realizada em contexto de turma, convoca a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente o docente de educação especial e os técnicos. Exige-se a organização do meio o menos restritivo possível e, simultaneamente, o mais adequado para responder às necessidades específicas do aluno ou grupo de alunos, ou seja, o meio que ofereça mais condições humanas e materiais para proporcionar uma educação de qualidade que ajude todos os alunos a ter sucesso social e escolar, podendo incluir-se na sua dinâmica:
 - Oficina de Leitura e Escrita dirigida a grupos de alunos com perturbações de aprendizagem específicas;
 - Clubes e Projetos dirigidos ao ensino experimental das ciências e a atividades técnicas e práticas;
 - Ações de articulação com a BE para promoção de competências de leitura e escrita, do lazer, do sentido crítico e da criatividade;
 - Projetos com foco académico e comportamental, dirigidos a minorias e ao combate da exclusão social, como o Projeto Lançar Pontes;
 - Ações e projetos dirigidos ao lazer, ao desenvolvimento de hábitos de vida saudável e ao ambiente, tais como desporto escolar, oficina da terra, etc;
 - Implementação de uma sala de estudo que proporcione aos alunos de diferentes níveis de ensino um espaço com recursos materiais e humanos facilitador do trabalho e do estudo autónomo;

21. Recursos Específicos:

- Docentes de Educação Especial;
- Assistentes Operacionais;

- Técnicos Especializados (psicólogos, terapeuta ocupacional, técnico de serviço social, terapeuta da fala, Técnico de apoio ao PIT);
- Docentes de Educação Física;
- Docentes de Ed. Visual/ Ed Tecnológica;
- Docentes Ed. Musical;
- Docentes de outras áreas curriculares.

Obteve aprovação do Conselho Pedagógico, em 22 de julho de 2019 e do Conselho Geral em 26 de julho de 2019.

O Diretor

(Francisco Manuel Guedes Vitorino)